

Ministério da Educação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO**

MODALIDADE A DISTÂNCIA

SÃO PAULO

**Autorizado em Abril/2016
Atualizado em Outubro/2017
Reformulado em Maio/2018**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - SETEC

Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE SÃO PAULO

Eduardo Antônio Modena

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Whisner Fraga Mamede

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Silmário Batista dos Santos

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reginaldo Vitor Pereira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Elaine Inácio Bueno

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Wilson de Andrade Matos

DIRETOR GERAL DO Câmpus

Luiz Claudio de Matos Lima Junior

RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO CURSO

Núcleo Docente Estruturante (NDE), Pedagoga e Colaboradores atuais¹:

Daniel Teixeira Maldonado - membro do NDE

Carlos Vinícius Veneziani dos Santos – membro do NDE

Dariane Raifur Rossi – membro do NDE

Mayra Pinto – membro do NDE

Oswaldo Canato Júnior – membro do NDE

Thiago Antunes – membro do NDE

Elizabeth Gouveia da Silva Vanni - Pedagoga

¹Equipes anteriores do NDE:

2011: Armando Traldi Junior, Cynthia Regina Fischer, Eduardo José Stefanelli, José Luís Salmaso, Fátima Beatriz de Benedictis Delphino e Marlene das Neves Guarienti.

2014: Amanda Cristina Teagno Lopes Marques, Cynthia Regina Fischer, Carlos Vinicius Veneziani dos Santos, Lucineide Machado Pinheiro e Maria Aparecida Gazotti Vallim.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
1.1. Identificação do câmpus	8
1.2. Identificação do curso	9
1.3. Missão	10
1.4. Caracterização Educacional	10
1.5. Histórico Institucional	10
1.5.1. Histórico da EaD no IFSP	12
1.6. Histórico do Câmpus e sua caracterização	13
1.6.1 Histórico da EaD no Câmpus São Paulo	16
2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO	18
3. OBJETIVOS DO CURSO	23
3.1. Objetivo Geral	23
3.2. Objetivo(s) Específico(s)	23
4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	24
5. FORMAS DE ACESSO AO CURSO	28
6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	29
6.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	35
6.1.1. Organização do Estágio Curricular Supervisionado	39
6.1.2. Acompanhamento, orientação e avaliação	45
6.2. Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento - ATPAs	49
6.3. Estrutura Curricular	53
6.4 Representação Gráfica do Perfil de Formação	53
6.5. Educação em Direitos Humanos	54
6.6 Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena	55
6.7 Educação Ambiental	56
6.8 Língua Brasileira de Sinais (Libras)	57
7. METODOLOGIA	57
7.1 Atividades online e encontros presenciais	59
7.2. Modelo de design educacional e concepções de aprendizagem	60
7.3. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem	61
7.3.1 Espaços virtuais de aprendizagem (salas de aula)	62
7.3.2 Espaço virtual de apoio ao estudante	63
7.3.3 Espaço virtual de apoio aos professores	64
7.3.4 Espaço virtual de apoio às atividades de orientação de estágio	64
7.4. Outros espaços digitais de acesso à informação	64
7.5 Material Didático	65

7.6. Polos de apoio presencial	67
7.7. Papéis docente: coordenador do curso, formador, tutor e orientador	68
7.7.1. Coordenador de curso	68
7.7.2. Professor formador	69
7.7.3. Professor tutor virtual	70
7.7.4. Professor tutor presencial	71
7.7.5. Professor orientador de estágio	71
7.8. Coordenação de Polo	71
7.9. Equipe multidisciplinar	72
8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	73
9. ATIVIDADES DE PESQUISA	75
10. ATIVIDADES DE EXTENSÃO	76
11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	78
12. APOIO AO DISCENTE	79
13. AÇÕES INCLUSIVAS	81
14. AVALIAÇÃO DO CURSO	83
14.1. Gestão do Curso	85
15. EQUIPE DE TRABALHO	85
15.1. Núcleo Docente Estruturante	85
15.2. Coordenador do Curso	86
15.3. Colegiado de Curso	87
15.4. Corpo Docente	88
15.5. Coordenadoria de Educação a Distância (CED)	88
15.6. Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação (DTI)	91
15.7. Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico	91
16. BIBLIOTECA	93
17. INFRAESTRUTURA	94
17.1 Câmpus São Paulo	94
17.1.1 Infraestrutura Física	94
17.1.1.1 Sala da Coordenadoria de Educação a Distância	94
17.1.1.2 Salas de coordenação, de professores e para encontros presenciais	95
17.1.2 Acessibilidade	95
17.1.3 Laboratórios de Informática	96
17.2 Polos de Apoio Presenciais	96
17.2.1 Araraquara	97
17.2.1.1 Infraestrutura Física - Polo Araraquara	97

17.2.1.2	Acessibilidade - Polo Araraquara	100
17.2.1.3	Laboratórios de Informática - Polo Araraquara	100
17.2.2	Barretos	101
17.2.2.1	Infraestrutura Física - Polo Barretos	101
17.2.2.2	Acessibilidade - Polo Barretos	102
17.2.2.3	Laboratórios de Informática - Polo Barretos	102
17.2.3	Birigui	102
17.2.3.1	Infraestrutura Física - Polo Birigui	103
17.2.3.2	Acessibilidade - Polo Birigui	105
17.2.3.3	Laboratórios de Informática - Polo Birigui	106
17.2.4	Caraguatatuba	107
17.2.4.1	Infraestrutura Física - Polo Caraguatatuba	107
17.2.4.2	Acessibilidade - Polo Caraguatatuba	108
17.2.4.3	Laboratórios de Informática - Polo Caraguatatuba	108
17.2.5	Presidente Epitácio	109
17.2.5.1	Infraestrutura Física - Polo Presidente Epitácio	109
17.2.5.2	Acessibilidade - Polo Presidente Epitácio	111
17.2.5.3	Laboratórios de Informática - Polo Presidente Epitácio	114
18.	PLANOS DE ENSINO	115
18.1	D1EAD - Fundamentos da Educação a Distância	115
18.2	D1EIN - Educação Inclusiva	117
18.3	D1FED - Filosofia da Educação	120
18.4	D1HIS - História da Educação	122
18.5	D1SP1 - Seminários de Prática Docente 1	124
18.6	D2DME - Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino	126
18.7	D2FEP - Fundamentos da Educação Profissional	128
18.8	D2LIB - Libras	131
18.9	D2SED - Sociologia da Educação	133
18.10	D2SP2 - Seminários da Prática Docente 2	135
18.11	D3CEP - Currículo e Educação Profissional Tecnológica	137
18.12	D3EDH - Educação em Direitos Humanos	139
18.13	D3PED - Psicologia da Educação	141
18.14	D3SP3 - Seminários da Prática Docente 3	143
19.	LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA	145
20.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	148
21.	MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS	149

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

SIGLA: IFSP

CNPJ: 10.882.594/0001-65

NATUREZA JURÍDICA: Autarquia Federal

VINCULAÇÃO: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC)

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625 – Canindé – São Paulo/Capital

CEP: 01109-010

TELEFONE: (11) 3775-4502 (Gabinete do Reitor)

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://www.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: gab@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158154

GESTÃO: 26439

NORMA DE CRIAÇÃO: Lei nº 11.892 de 29/12/2008

NORMAS QUE ESTABELECEM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADOTADA NO PERÍODO: Lei Nº 11.892 de 29/12/2008

FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE: Educação

1.1. Identificação do câmpus

NOME: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Câmpus: São Paulo

SIGLA: IFSP - SPO

CNPJ: 10.882.594/0002-46

ENDEREÇO: Rua Pedro Vicente, 625, Canindé, São Paulo, S.P.

CEP: 01109-010

TELEFONES: (11) 2763-7635

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET: <http://spo.ifsp.edu.br>

ENDEREÇO ELETRÔNICO: social.spo@ifsp.edu.br

DADOS SIAFI: UG: 158270

GESTÃO: 26439

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007

1.2. Identificação do curso

Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio - Modalidade a Distância	
Público Alvo	Bacharéis e Tecnólogos
Câmpus	São Paulo
Polos Credenciados	Araraquara, Barretos, Birigui, Caraguatatuba e Presidente Epitácio
Trâmite	Reformulação
Forma de oferta	A distância
Início de funcionamento do curso	1º semestre de 2017
Resolução de Aprovação do Curso no IFSP	Resolução nº 492, de 14 de dezembro de 2011 do Conselho Superior - IFSP
Vagas Anuais	200
Vagas anuais por polo	50
Nº de semestres	3
Integralização do curso	3 anos
Carga Horária Mínima Obrigatória	1041,5 h
Carga Horária Presencial	(81 h)
Duração da Hora-aula	45 minutos
Duração do semestre	19 semanas

1.3. Missão

Consolidar uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento.

1.4. Caracterização Educacional

A Educação Científica e Tecnológica ministrada pelo IFSP é entendida como um conjunto de ações que buscam articular os princípios e aplicações científicas dos conhecimentos tecnológicos à ciência, à técnica, à cultura e às atividades produtivas. Esse tipo de formação é imprescindível para o desenvolvimento social da nação, sem perder de vista os interesses das comunidades locais e suas inserções no mundo cada vez definido pelos conhecimentos tecnológicos, integrando o saber e o fazer por meio de uma reflexão crítica das atividades da sociedade atual, em que novos valores reestruturam o ser humano. Assim, a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo, como consta no PDI institucional.

1.5. Histórico Institucional

Criado em 1910, O primeiro nome recebido pelo Instituto Federal de São Paulo foi o de Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. inseriu-se nas atividades do governo federal no estabelecimento da oferta do ensino primário, profissional e gratuito com a oferta dos cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

O ensino no Brasil passou por uma nova estruturação administrativa e funcional no ano de 1937 e o nome da Instituição foi alterado para Liceu Industrial de

São Paulo, denominação que perdurou até 1942. Nesse ano, através de um Decreto-Lei, introduziu-se a Lei Orgânica do Ensino Industrial, refletindo a decisão governamental de realizar profundas alterações na organização do ensino técnico.

A partir dessa reforma, o ensino técnico industrial passou a ser organizado como um sistema, integrando-se aos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação. Um Decreto posterior, o de nº 4.127, também de 1942, deu-se a criação da Escola Técnica de São Paulo, visando a oferta de cursos técnicos e de cursos pedagógicos.

Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Posteriormente, em 1946, a escola paulista recebeu autorização para implantar o Curso de Construção de Máquinas e Motores e o de Pontes e Estradas.

Por sua vez, a denominação Escola Técnica Federal surgiu logo no segundo ano do governo militar, em ação do Estado que abrangeu todas as escolas técnicas e instituições de nível superior do sistema federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Durante a primeira gestão eleita da instituição, após 23 anos de intervenção militar, houve o início da expansão das unidades descentralizadas – UNEDs, sendo as primeiras implantadas nos municípios de Cubatão e Sertãozinho.

Já no segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a instituição tornou-se um Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), o que possibilitou o oferecimento de cursos de graduação. Assim, no período de 2000 a 2008, na Unidade de São Paulo, foi ofertada a formação de tecnólogos na área da Indústria e de Serviços, além de Licenciaturas e Engenharias.

O CEFET-SP transformou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) em 29 de dezembro de 2008, através da Lei

nº11.892, sendo caracterizado como instituição de educação superior, básica e profissional.

Nesse percurso histórico, percebe-se que o IFSP, nas suas várias caracterizações (Escolas de Artífices, Liceu Industrial, Escola Industrial, Escola Técnica, Escola Técnica Federal e CEFET), assegurou a oferta de trabalhadores qualificados para o mercado, bem como se transformou numa escola integrada no nível técnico, valorizando o ensino superior e, ao mesmo tempo, oferecendo oportunidades para aqueles que não conseguiram acompanhar a escolaridade regular.

Além da oferta de cursos técnicos e superiores, o IFSP – que atualmente conta com *37 campi e 1 Núcleo Avançado* – contribui para o enriquecimento da cultura, do empreendedorismo e cooperativismo e para o desenvolvimento socioeconômico da região de influência de cada câmpus. Atua também na pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e na democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações.

1.5.1. Histórico da EaD no IFSP

O IFSP passou a atuar na modalidade a distância em 2007 quando teve início os estudos e reuniões envolvendo os câmpus Sertãozinho, São João da Boa Vista e Caraguatatuba para oferta de cursos via programa Rede e-Tec Brasil. Em 2009 foi iniciada a oferta dos primeiros cursos pelo programa Rede e-Tec Brasil: Técnico em Administração pelo Câmpus Caraguatatuba e Técnico em Informática para Internet pelo Câmpus São João da Boa Vista. Neste percurso, durante as discussões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2010, as ações de Educação a Distância (EaD) foram direcionadas para serem desenvolvidas somente na perspectiva da extensão e não de ensino. Neste período, é criada a gerência de EaD que, lotada na Pró-Reitoria de Extensão e contando com a participação de 3 servidores e um gerente, apoia os câmpus ofertantes de EaD pela Rede e-Tec

Brasil, inicia as primeiras capacitações no Câmpus São Paulo e disponibiliza a plataforma *Moodle Câmpus* a todos os câmpus.

Em 2012, já contando com mais servidores e com o aumento do número de polos de oferta dos cursos do programa Rede e-Tec Brasil observados no ano anterior, a gerência de EaD passa a ser uma diretoria, concomitantemente ao início da oferta de cursos do Programa Profucionário e das ações para o desenvolvimento do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo Câmpus São Paulo. Neste mesmo ano, iniciam-se discussões sobre a institucionalização dos cursos na modalidade de Educação a Distância no IFSP.

Em 2013, com o aumento da equipe multidisciplinar e técnica, a diretoria de EaD passa a responder para a Pró-reitoria de Ensino e, após a mudança física para a essa Pró-reitoria ocorrida em 2015, inicia uma articulação junto aos setores da Reitoria para execução de atividades sobre o uso das Tecnologias aplicadas à educação e como apoio técnico. Neste mesmo ano, ocorre a criação do I Fórum Permanente de EaD fomentando os primeiros encontros oficiais para discussão sobre regulamentação e institucionalização da EaD, bem como a criação de GTs de trabalho em diferentes temáticas envolvendo a EaD, processo que culmina na participação no I Congresso de Educação Profissional e Tecnológica (CONEPT).

Desde então, são realizadas diversas atividades para a criação de um Centro de Referência em EaD e Formação, visando a institucionalização, a partir da composição do espaço de trabalho (estúdio, sala de administração e polo de apoio presencial) no Centro de Referência em São Miguel Paulista da integração das ações da Formação Pedagógica de Professores, com a Diretoria de EaD passando, assim, a se constituir como Diretoria de Formação e Educação a Distância - DEFOR a partir de 2017.

1.6. Histórico do Câmpus e sua caracterização

O câmpus São Paulo tem sua história intimamente relacionada a do próprio IFSP, pois foi criado juntamente com a Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo, por meio do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Nos primeiros meses de 1910, a Escola funcionou provisoriamente em um galpão instalado na Avenida Tiradentes, no Bairro da Luz, sendo transferida no mesmo ano para o bairro de Santa Cecília, na Rua General Júlio Marcondes Salgado, onde permaneceu até a mudança definitiva para o endereço atual, no ano de 1976. Os primeiros cursos foram de Tornearia, Mecânica e Eletricidade, além das oficinas de Carpintaria e Artes Decorativas, sendo o corpo discente composto de quase uma centena de aprendizes.

No ano de 1942 foi instituído o Liceu Industrial de São Paulo e, na sequência, a Escola Técnica de São Paulo. Em 1965, constituiu-se a Unidade Sede da Escola Técnica Federal de São Paulo e, posteriormente, em 1999, o Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP).

Como CEFET-SP, a missão institucional se ampliou para a oferta de cursos superiores e de pós-graduação *lato sensu*, criando espaço e fomentando a pesquisa científica e de inovação tecnológica. Além dos cursos técnicos integrados ao ensino médio e cursos técnicos concomitantes / subsequentes, também passou a oferecer cursos superiores de licenciatura, de engenharia, de tecnologia na área de Indústria e de Serviços, bem como especializações, constituindo-se também num centro de formação de professores.

Transformado o CEFET-SP em IFSP, no final de 2008, a antiga Unidade Sede inicia uma nova fase de sua história. Localizado na Rua Pedro Vicente, 625, no Bairro do Canindé, além do desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, abriga também a sede da Reitoria da Instituição. Sendo o maior câmpus do Instituto, trabalha com várias modalidades e níveis de formação, sedia grupos de pesquisa, bem como a pesquisa de áreas diversas do conhecimento, além de garantir programas de extensão. Desta forma, ensino, pesquisa e extensão fazem parte do cotidiano de seus servidores docentes e administrativos, assim como de seu corpo discente.

O câmpus São Paulo atua nos segmentos de educação básica e superior, com cursos técnicos e superiores (Tecnologia, Licenciaturas e Engenharias). As áreas atendidas são Turismo, Mecânica, Informática, Eletrotécnica, Eletrônica, Automação e Controle, Construção Civil e Arquitetura. São oferecidas as Licenciaturas em Física, Geografia, Química, Matemática, Ciências Biológicas e Letras; as Engenharias em Construção Civil, Automação e Controle, de Produção e Eletrônica; Arquitetura; os cursos de especialização *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em Planejamento e Gestão de Empreendimentos na Construção Civil, em Formação de Professores com Ênfase no Ensino Superior e com Ênfase na Educação Básica, em Tecnologias e Operações em Infraestrutura da Construção Civil, em Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, em Aeroportos - Projeto e Construção, em Tecnologia em Gestão de Turismo; os programas de mestrado Profissional em Automação e Controle de Processos e em Ensino de Ciências e Matemática e Mestrado Acadêmico em Engenharia Mecânica; e os cursos profissionalizantes concomitantes / subsequentes, integrados e PROEJA na área da Educação Tecnológica.

Com relação à extensão, no câmpus São Paulo, há vários programas em andamento para diferentes níveis de escolaridade, sendo periodicamente oferecidos vários cursos, além do Programa PRONATEC, dos cursos de FIC (Formação Inicial e Continuada), e do curso Proeja FIC “Pintura em Paredes de Alvenaria”, com carga horária de 1400 horas e com objetivo de oferecer Ensino Fundamental e qualificação profissional a jovens e adultos, por meio de uma parceria firmada com os municípios de Osasco, São Bernardo do Campo, Itapevi e Francisco Morato. Também são oferecidas bolsas de extensão e de ensino para discentes participantes de projetos de extensão ou de ensino, com recursos do próprio câmpus ou de órgãos de fomento.

No caso da pesquisa e inovação, são desenvolvidos pelos docentes do câmpus, semestral ou anualmente, grupos e projetos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, podendo-se destacar os programas de Iniciação Científica PIBIC e

PIBITI, o Programa de apoio à pesquisa na Rede Federal de EPT, o Programa de Incentivo à Produção Técnico-Científica (PIPTC) e os Projetos para Bolsa Discente de Iniciação Científica e Tecnológica.

Na modalidade presencial, como também na modalidade de Educação a Distância, no papel de centro promotor de ciência e de tecnologia, a experiência e a competência acumuladas em sua extensa trajetória capacitam o câmpus São Paulo do IFSP a proporcionar a toda sua comunidade uma visão crítica da sociedade, nos âmbitos da ciência, da técnica e da cultura, na defesa e prática da Educação como efetivo fator de desenvolvimento humano e social, articulando cada vez mais a formação de profissionais e a transformação da sociedade.

Dessa maneira, as peculiaridades da pequena escola, criada há pouco mais de um século e cuja memória estrutura sua cultura organizacional, vem sendo alteradas nos últimos anos por uma proposta que pretende articular cada vez mais a formação de profissionais e a transformação da sociedade.

1.6.1 Histórico da EaD no Câmpus São Paulo

Em meio a essa síntese histórica do Câmpus São Paulo, vale resgatar o desenvolvimento a partir de 2011 das ações relativas ao uso do ambiente virtual como apoio ao ensino presencial e às implementações e desenvolvimentos de cursos na modalidade EaD (Educação a Distância).

Idealizado originalmente em 2011 pela, então, Pró-Reitoria de Extensão do IFSP (PRX), como um ambiente virtual a ser disponibilizado para uso voluntário do conjunto dos docentes do IFSP, o rápido e crescente acolhimento à proposta por parte dos docentes do Câmpus São Paulo, associado à existência neste Câmpus de um núcleo de docentes já possuindo alguma experiência no assunto, logo se tornou decisivo para que o *Moodle Câmpus* (<http://eadcampus.spo.ifsp.edu.br>) passasse a ser de uso exclusivo deste Câmpus e para que se desse início aos trabalhos em 2012 de uma Coordenação de Apoio ao EaD e, mais à frente, em 2013, à constituição da Coordenadoria de Educação a Distância (CED), já em meio ao

desenvolvimento de dois cursos na modalidade EaD, a saber, o Curso e-TEC de Secretaria Escolar do Programa Profissionais e o curso a que se refere o presente PPC.

No que se refere ao uso do ambiente virtual como apoio ao ensino presencial, pode-se dizer que hoje o *Moodle Câmpus* é parte indissociável do cotidiano de grande parte dos discentes e docentes e do próprio corpo administrativo do Câmpus que vem progressivamente implementando ações que têm dado a este ambiente virtual um caráter cada vez mais institucionalizado, sendo exemplo disso a regulamentação da entrega de relatórios de discentes bolsistas de projetos de ensino, pesquisa e extensão via ambiente virtual.

Em vista da crescente demanda pelo uso do ambiente virtual, a CED tem tido uma política de capacitação permanente do corpo docente oferecendo cursos de extensão e oficinas, além do preparo de tutoriais, contextualizados a docentes e discentes, para uso das ferramentas disponibilizadas no *Moodle Câmpus*.

Quanto ao curso e-TEC de Secretaria Escolar, hoje ofertado pelo Câmpus de Boituva do IFSP, tratou-se de uma oferta pelo Câmpus São Paulo de 2012 a 2014 com o objetivo principal de capacitar profissionais nos procedimentos, processos, documentação, organização e atividades inerentes ao trabalho de uma secretaria escolar.

Vale, ainda observar que a partir de sua experiência com a EaD, o Câmpus São Paulo vem realizando estudos para o desenvolvimento de outros cursos nessa modalidade, tal como o curso Técnico em Logística com seu PPC já aprovado pelas instâncias internas do IFSP, tendo sido desenvolvido com amplo apoio da CED e com previsão de oferta via Programa Rede e-TEC Brasil.

Em sua história mais recente, a CED tem sido reforçada pela incorporação de novos profissionais que a possibilitam se projetar como uma equipe multidisciplinar responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais para a educação a distância ou para apoio ao ensino presencial, contando com pedagogas, técnico de informática, técnico de audiovisual e assistentes administrativos. O próprio espaço físico hoje ocupado pela

CED também sinaliza sua evolução, contando, além da sala de atendimento, com uma sala de reuniões e um estúdio para gravação de videoaulas.

É com a experiência adquirida com o histórico acima relatado que a CED tem dado significativo apoio ao desenvolvimento do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio apresentado no presente documento.

2. JUSTIFICATIVA E DEMANDA DE MERCADO

A rede federal de educação profissional e tecnológica tem como uma de suas principais metas a formação de professores, principalmente, a partir da sua própria Lei de criação 11.892/2008 que prevê, em seu Art. 7 alínea b que um dos objetivos dos institutos é a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” como um dos balizadores principais da oferta de formação da instituição, ou seja, é prerrogativa legal que o IFSP, como os demais IFs garanta para os cursos de licenciatura, no mínimo, 20% de suas vagas.

Deste modo, esta proposta visa o atendimento desta demanda institucional, por meio do engajamento de um projeto que articula vários câmpus do IFSP além do câmpus São Paulo, em pontos diferenciados e estratégicos (capital, litoral e interior) permitindo assim, um maior alcance da população alvo. Somado a isto, a demanda pela formação de professores que compõem o corpo docente da instituição também se faz prioridade para que se possa cumprir as metas traçadas no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 que estão em total consonância com os objetivos propostos no atual PDI do IFSP.

Desde o advento da Lei de Diretrizes e Bases da educação, a Lei nº 9394, a valorização profissional e a formação de professores têm sido um dos temas essenciais a ser colocado em prática nas políticas educacionais para melhoria da

educação. A partir do momento em que a Diretoria de EaD se integra à Diretoria de Formação Pedagógica consolidando-se como Diretoria de Formação e Educação a Distância, a inovação das metodologias pedagógicas e dos currículos passam a integrar-se à demanda de formação tecnológica de professores, inclusive, no âmbito da formação proposta neste curso. É nesse contexto que se insere o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio na modalidade a distância do IFSP que se estrutura a partir de uma concepção de educação que reconhece a racionalidade técnica (oriunda dos cursos de bacharelado e tecnologia) como patrimônio científico e cultural que deve ser ressignificado no contexto da docência para os cursos técnicos de nível médio. Nessa perspectiva, o princípio educativo da práxis como produto da articulação entre teoria e prática ganha espaço na concepção da formação dos professores das áreas técnicas estabelecendo-se como um imperativo para as práticas docentes junto ao ensino técnico de nível médio. Neste contexto, assim como para a formação de professores para as disciplinas propedêuticas do nível básico, a formação de professores para a Educação Profissional de nível médio requer uma prática educativa que valoriza a autonomia, a criatividade e a crítica como princípios fundamentais ao exercício do magistério.

Tendo em vista essa necessidade, importa destacar que, no âmbito da sua profissionalização, todo professor deve ter assegurado um processo contínuo de reflexões e discussões que tomem os conteúdos específicos enquanto ferramentas para estabelecer vínculos entre o particular e o geral, entre o singular e a totalidade.

No caso do ensino técnico de nível médio visa-se a que o aluno produza o seu conhecimento específico segundo a sua história de vida e as suas relações concretas nas esferas produtivas e sociais em que se insere. Tal possibilidade permite a este aluno o estabelecimento de vínculos em relação ao próprio conhecimento técnico que ele mesmo vai construindo e esse fator contribui tanto com a sua permanência quanto com a efetiva conclusão de seu curso, o que vem ao encontro da necessidade de criação de caminhos para combater a preocupante evasão verificada neste ciclo de formação.

Nestes termos, importa que a formação do professor para a Educação Profissional de nível médio forneça as bases profissionais para um plano educativo em que os conteúdos técnicos sejam (re)elaborados tendo como referência a realidade com a qual o professor vai trabalhar.

Por esta razão, importa tratar objetivamente do processo da formação visada para atender uma necessidade que não é apenas legal, mas também uma crescente demanda dos professores graduados não licenciados - que configuram a maioria dos profissionais que atuam na Educação Profissional de nível médio - por conhecimentos capazes de contribuir decisivamente com o aprimoramento de sua prática docente nos cursos técnicos.

Esta questão integra a trajetória centenária do IFSP, pois, conforme se compreende pela própria tradição da Instituição, a prática docente, tradicionalmente marcada por um referencial técnico em que o trabalho do professor centrou-se por muito tempo na transmissão de saberes específicos, a larga experiência com as sucessivas gerações de estudantes foi evidenciando dificuldades crescentes em articular o pensar com o fazer. Isto porque, historicamente, a vocação dos cursos técnicos no IFSP relaciona-se à produção, controle e aperfeiçoamento das tecnologias relacionadas aos processos de transformação de matéria prima que integram a linha de produção, e de planejamento, gestão e controle da atividade industrial, o que exige um perfil específico dos profissionais para o exercício da docência nesta modalidade de ensino. Dessa forma, no ensino médio profissionalizante ainda é largamente predominante a atuação de graduados, bacharéis ou tecnólogos das e nas mais diversas áreas, já que a dimensão técnica requer um profissional mais focado e com experiência no ofício.

Como é de conhecimento geral, e da União em particular, essa parcela muito expressiva dos professores do ensino técnico de nível médio das mais variadas unidades de ensino públicas e privadas ainda apresenta uma trajetória formativa restrita ao bacharelado e/ou tecnólogo, e a contribuição do IFSP com uma consistente formação pedagógica com vistas ao aperfeiçoamento do trabalho com a

educação profissional justifica a presença deste curso no IFSP em seus diversos câmpus.

Paralelamente, ninguém ignora que a forte demanda por estes docentes abre uma perspectiva profissional para graduados, em atividade ou não nos seus respectivos setores produtivos, que se lançam na docência desprovidos de uma formação pedagógica mais sistematizada e identificada com o dia a dia da sala de aula.

Foi esse contexto que estimulou o IFSP a desenvolver um projeto de formação capaz de fornecer aos profissionais das áreas técnicas, cujos conhecimentos específicos podem ser articulados aos saberes da docência e à pesquisa como princípio educativo, subsídios pedagógicos focados nas suas necessidades enquanto docentes, o que interferirá positivamente na formação do aluno do ensino técnico de nível médio tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.

Além dessas questões, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê como uma de suas metas ter assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Assim também, a Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Profissional Técnica de Nível Médio, aponta a obrigatoriedade de todos os profissionais que se tornaram docentes em instituições de Educação Profissional de Nível Médio realizarem a formação pedagógica até o ano de 2020. A referida resolução ainda aponta a necessidade dos sistemas e instituições de ensino organizarem e viabilizarem ações de formação continuada de professores que atuam na Educação Profissional de Nível Médio.

Neste esforço, e num primeiro momento, o referido curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de nível médio (Modalidade a Distância) visou Bacharéis - cursos de Engenharia e Arquitetura - e Tecnólogos relacionados aos eixos tecnológicos: Controle e Processos Industriais, Produção Industrial, Hospitalidade e Lazer, Informação e Comunicação. A partir desse esforço

inicial, objetiva-se uma ampliação da oferta do curso a outras áreas de conhecimento.

A partir da publicação da Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada, passamos a trabalhar para realizar a reformulação desse curso, visando atender as especificidades dessa nova resolução.

Durante esse processo, percebemos que teríamos que aumentar a carga horária dos componentes curriculares que fazem parte da matriz curricular e, por conta disso, criamos disciplinas que discutem de forma específica a Formação Profissional de Nível Médio, aprimorando a formação do licenciando que vai realizar o curso. Modificamos ainda as regras para a realização do estágio, além de garantir que o estudante que participa desse curso tenha acesso a todos os conteúdos previsto na referida resolução.

Enquanto demanda emergencial no âmbito do Estado de São Paulo, o curso proposto não se fecha apenas para a realidade interna do IFSP, mas é aberto a todos os tecnólogos e bacharéis que atuam ou que queiram atuar como docentes na educação profissional de nível médio. Cada oferta deste curso poderá ser feita para diferentes profissionais vinculados às áreas de conhecimento.

Embora não tenhamos ainda dados estatísticos exatos sobre o número de professores que lecionam na Educação Profissional de Nível Médio e não possuem a formação pedagógica, recentes dados disponibilizados pelo Ministério da Educação no que tange a formação de docentes para a Educação Básica indicados no Censo de 2016 informa que dos 2.196.397 professores, em exercício na educação básica pública, 6.043 possuem somente o Ensino Fundamental, 488.064 o Ensino Médio e 95.041 não possuem Licenciatura. Portanto, esses dados também justificam a urgência do Instituto Federal oferecer esse curso.

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio leva em conta a experiência dos professores obtida em sala de aula e em situações de aprendizagem

acumuladas pelos licenciandos participantes, no desenvolvimento dos componentes curriculares que compõem a matriz curricular e, sobretudo, o estágio supervisionado.

Assim, este curso contempla uma proposta maior do que a mera explicitação de conteúdos idealizados fora do contexto de formação do professor e procedimentos didáticos aceitáveis à transmissão do saber. Visa-se a que o conhecimento seja tratado num patamar que possibilite emancipação ao professor para que ele, em sala de aula, faça do conteúdo a ser trabalhado um instrumento para a leitura da realidade. Nestes termos, o processo de construção do conhecimento assume a sua real dimensão na formação do formador, por capacitá-lo a construir e sistematizar o seu pensamento e desvendar os sistemas técnicos e sociais que consolidam a história da humanidade.

3. OBJETIVOS DO CURSO

3.1. Objetivo Geral

O objetivo central do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância do IFSP, é o de formar professores para atuar nas áreas específicas da formação profissional para que, no exercício da docência, contribuam de maneira autônoma, crítica, criativa e participativa para a construção de uma sociedade democrática que valorize o exercício pleno da cidadania com equidade, solidariedade e justiça social, fundamentados em práticas pedagógicas inovadoras e nos conhecimentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais contemporâneos.

3.2. Objetivo(s) Específico(s)

Os objetivos específicos do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, são:

- Efetivar a contribuição do IFSP na formação de profissionais qualificados para atuação na educação básica, assegurando o cumprimento da Lei 11.892/2008, a qual determina como um dos objetivos dos Institutos a oferta de no mínimo 20% de suas vagas para a formação de professores.
- Proporcionar a formação continuada como prática regular em atendimento às demandas dos discentes em sala de aula.
- Fornecer bases consistentes para a formação pedagógica de portadores de diplomas de educação superior que atuam ou desejam atuar na educação profissional em nível médio;
- Possibilitar estudo e reflexão sobre os referenciais da educação com vistas a integrar o conhecimento específico de licenciandos das áreas técnicas aos saberes da docência e ao conhecimento pedagógico;
- Reconhecer no cotidiano da docência em cursos técnicos de nível médio as concretas possibilidades para o estabelecimento da necessária relação entre teoria e prática pela via do desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

4. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Licenciado no curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Profissional em disciplinas da área técnica, sendo capaz de reconhecer a realidade identificada no Projeto Político Pedagógico da instituição de Educação Profissional de Nível Médio onde atua/irá atuar. Além de trabalhar na sala de aula, elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo a sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico, contribuindo para a formação de um cidadão consciente capaz de intervir no mundo, transformando a sua realidade. Para isso, o

curso considera os princípios norteadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, campo de atuação de nosso egresso, de acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 6/2012:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Do ponto de vista das competências e habilidades do Licenciado, esse curso forma um profissional egresso capaz de:

- Participar do processo educativo a partir de preceitos éticos, democráticos e profissionais como condição básica para o exercício da docência;
- Compreender os processos econômicos, políticos, sociais e ambientais como definidores dos contornos da realidade e esta como referência do processo de aprendizagem;
- Tomar a realidade do aluno como indicativo para o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos;
- Veicular a discussão e a manipulação da ciência e de seus métodos e suas implicações na aprendizagem de seus conteúdos;
- Articular os movimentos da realidade e os processos históricos que explicitam e justificam a organização da sociedade e, por correspondência, desta com o mundo do trabalho;
- Estabelecer os vínculos entre o particular e o geral, entre o fragmento e a totalidade, possibilitando uma visão articulada da realidade;
- Analisar, discutir e interagir sobre a gestão da escola e da educação;
- Facilitar a coordenação de estudos sobre a realidade da comunidade em que está inserida a escola e o aluno com vistas a um processo permanente de revisão da prática docente;
- Realizar análises críticas do material didático disponível para a educação básica, prioritariamente aqueles destinados ao ensino técnico profissionalizante;
- Elaborar material didático alternativo para o cotidiano da atividade docente;
- Desenvolver ações para o planejamento e a avaliação do processo pedagógico;
- Discutir as diferentes teorias de ensino / aprendizagem e suas respectivas propostas metodológicas;
- Desenvolver propostas interdisciplinares;

- Facilitar o trabalho coletivo com vistas à sistematização e socialização da prática docente;
- Refletir sobre a realidade do contexto educacional em que vive e repensar sua prática pedagógica de acordo com as novas demandas do mundo do trabalho;
- Utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) durante a sua prática pedagógica levando em consideração as novas demandas do processo educacional.

5. FORMAS DE ACESSO AO CURSO

A seleção dos discentes será conforme Edital Institucional publicado no sítio do IFSP no qual serão devidamente divulgados os eixo(s) do catálogo nacional dos cursos técnicos selecionado(s) a cada edição, bem como demais informações pertinentes ao processo de seleção.

Outras formas de acesso previstas são: reopção de curso, transferência externa, ou por outra forma definida pelo IFSP.

Em virtude da análise apresentada no item Justificativa e Demanda de Mercado, projetaram-se 50 vagas anuais, estando credenciados para a oferta do curso, o Câmpus São Paulo, ofertante do curso, e os seguintes polos presenciais:

- IFSP – câmpus Araraquara
- IFSP – câmpus Barretos
- IFSP – câmpus Birigui
- IFSP - câmpus Caraguatatuba
- IFSP – câmpus Presidente Epitácio

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do Curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo câmpus São Paulo, toma como ponto de partida seu caráter emergencial e provisório conforme assegura o princípio legal da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de Julho de 2015 e a formação dos Profissionais da Educação segundo a LDB nº 9.394/96. Para tanto, busca-se mediar uma formação consolidada em princípios que resguardem uma qualidade educativa nos espaços cultural, histórico e social, construindo uma proposta curricular que proporcione aos licenciandos ingressantes uma formação consolidada na pedagogia como um campo científico e profissional.

Assim, a organização curricular proposta corresponde ao perfil do egresso e aos objetivos do curso, uma vez que os conteúdos que serão debatidos com os Licenciandos nos diferentes componentes curriculares oferecidos, estão em consonância com a referida resolução e preparam esse futuro professor para:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Dessa forma, os princípios norteadores da organização curricular aqui apresentada primam pela articulação entre teoria e prática compreendendo o ensino como uma práxis cultural que se constrói com os licenciandos em contato direto e pessoal com a cultura geral e científica própria do campo educativo. Tal articulação pode ser vivenciada em diversos aspectos:

- pela responsabilidade coletiva dos formadores responsáveis por componentes curriculares que formam um campo de estudo, estes devem manter-se integrados a fim de proporcionar ao licenciando a interlocução entre conhecimentos;
- pela integração com o meio escolar, o licenciando irá realizar os seus estágios com o objetivo do contato com os saberes da experiência na prática profissional;
- pela participação dos licenciandos como atores responsáveis pela sua própria prática, estes se tornam os protagonistas do processo de construção do próprio conhecimento, o que se reflete na sua ação profissional;
- pelo processo de avaliação contínua e formativa instituído em cada componente curricular e pelas avaliações dos licenciandos sobre o desenvolvimento de cada componente, seja quanto aos conteúdos e atividades nele proporcionados, seja quanto ao papel desempenhado pela tutoria.
- por fim, pelo princípio da pesquisa na formação, em que a ação passa a ser entendida tanto como formadora quanto como objeto de análise para a construção de categorias que possam ser melhor investigadas à luz dos conhecimentos estudados/construídos.

Em respeito aos preceitos legais da resolução supracitada, a organização curricular terá como eixos norteadores os núcleos de estudos de formação geral, de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional e de estudos integradores para enriquecimento curricular. Cada núcleo trabalhará com conhecimentos que contribuam para a atuação tanto em sala de aula como na escola enquanto instituição de ensino estruturada com uma rede complexa de gestão e que possui inestimável função social.

Tais núcleos estão representados pelos seguintes componentes curriculares e vivências:

- Núcleo de Formação Geral (FG):

Diretamente vinculado aos componentes curriculares de História da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Educação em Direitos Humanos e Psicologia da Educação, os conhecimentos adquiridos neste núcleo articulam:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;
- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguísticos-sociais utilizadas pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;

- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
 - j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
 - l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.
- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação (AD):

Diretamente vinculado aos componentes curriculares de Fundamentos em Educação a Distância, Educação Inclusiva, Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino, Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica, Currículo e Educação Profissional e Tecnológica, Libras e Seminários da Prática Docente 1, 2 e 3, os conhecimentos adquiridos neste núcleo oportunizarão, entre outras possibilidades:

 - a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
 - b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
 - c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
 - d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural;
 - Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (EIEC):

Diretamente vinculada às Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, este núcleo que visa complementar os conhecimentos desenvolvidos nos componentes curriculares, compreende a participação em:

- a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;
- b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;
- c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;
- d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

6.1 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado segue os preceitos legais da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 que estabelece a carga horária mínima de 300 horas a ser desenvolvida em instituições de ensino básico, bem como a Organização Didática do IFSP e o Regulamento de Estágio do IFSP. Tendo em vista que o curso habilita o licenciando à docência no ensino técnico/profissionalizante de nível médio, o estágio deste curso deverá ser realizado em componentes curriculares da área de formação inicial dos bacharéis e tecnólogos em cursos técnicos/profissionalizantes de nível médio.

Neste sentido, o IFSP tem a responsabilidade da orientação do Estágio Curricular, desde a sua operacionalização e vivência até a sua validação, e

deverá buscar parcerias/convênios com as escolas de educação profissional de nível médio onde serão realizados os estágios dos estudantes.

Através de parcerias/convênios, buscar-se-á a integração do IFSP com as escolas de Educação Básica Profissionalizante a fim de integrar o projeto do curso de formação e os projetos pedagógicos das escolas, levando-se em conta as necessidades profissionais dos licenciandos, consolidando a corresponsabilidade e o trabalho coletivo entre os professores-formadores e os licenciandos.

Na busca de parcerias para realizar esses convênios, estamos em contato com o Centro Paula Souza, para que os estudantes deste curso possam realizar os seus estágios nas escolas de formação profissional de nível médio dessa instituição. Outra possibilidade de parcerias está dentro do próprio Instituto Federal, pois indicamos sempre que os licenciandos busquem o campus do IFSP que possui um curso relacionado com a sua formação inicial de Bacharel e/ou Tecnólogo para realizar o estágio nos cursos técnicos de nível médio da rede federal de ensino.

Com a indissociabilidade entre teoria e prática como eixo norteador do estágio busca-se compreender a dimensão do trabalho em sala de aula, as relações pedagógicas *in loco* e, em termos mais amplos, a totalidade da instituição Escola. É no dia a dia da escola que se constroem as lutas político-pedagógicas e as relações com as forças sociais, pois a escola exerce a dupla função social de formar cidadãos críticos e difundir uma concepção de mundo em consonância com os princípios que devem reger a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

O Estágio Curricular Supervisionado sistematiza a prática pedagógica/escolar do licenciando participante desse curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, ao trabalhar situações reais, traz ao licenciando a experiência do contexto vivo onde se constrói/produz a aprendizagem no ensino técnico profissionalizante, permitindo que o estagiário vivencie as estruturas de conhecimento e de poder que permeiam a Escola. Isto proporciona reforço para a análise das condições concretas de

aquisição e sistematização do saber com vistas à intervenção/mudança da realidade.

Nesse sentido, as posturas indicadas serão objetivos a serem alcançados pelos licenciandos por meio do estágio, para que os participantes avaliem e incorporem uma postura crítica e criativa em sua prática pedagógica, levando em conta:

- desvendar a complexidade das relações tecnológicas e sua relevância no processo social;
- explicitar os mecanismos que ordenam a aprendizagem do ensino técnico profissionalizante e suas relações com o conhecimento formal;
- conhecer a realidade complexa das redes de ensino;
- entender e participar das relações e tensões presentes na unidade educacional onde atua ou na escola campo onde desenvolve seu estágio;
- analisar os anseios dos diversos segmentos envolvidos no processo educacional;
- compreender o papel social, político, cultural e educacional que a escola tem desempenhado na formação do trabalhador;
- reconhecer o papel do professor na elaboração dos projetos veiculados na comunidade escolar.

O estágio supervisionado poderá ser realizado desde o primeiro módulo do curso, concomitante com a realização e orientação dos componentes curriculares de Seminários de Práticas Docentes 1, 2 e 3 e, excepcionalmente, até o prazo de integralização do curso, de acordo com as normas de organização didática do IFSP.

Os Seminários têm como princípio a discussão coletiva e reflexão permanente sobre as ações desenvolvidas no processo da vida escolar, da dimensão teórico-prática e da intervenção qualitativa na realidade vivenciada e

analisada pelos licenciandos participantes do curso de formação. A reflexão permanente sobre as vivências docentes busca desenvolver uma autonomia científica a partir da incursão no cotidiano profissional.

Essa concepção dos Seminários assume a compreensão do conhecimento como construção que se realiza a partir da reflexão e sistematização teórica sobre a atividade profissional de forma simultânea e integrada aos processos de exercício, observação e discussão dessa atividade. Nesse componente curricular, que poderá ser trabalhado através de fóruns e outras ferramentas em EAD, os licenciandos poderão ser agrupados por área de atuação profissional.

Os seminários devem trabalhar categorias e temas que emergem das realidades analisadas seja a partir de temas geradores e/ou situações-problemas a fim de integralizar a bibliografia discutida nos demais componentes curriculares, estando abertos a outros textos de referência que enriqueçam a discussão coletiva da prática docente propostos pelos licenciandos do curso.

Dessa forma, os seminários buscam sistematizar e aprofundar os conhecimentos estudados nos componentes curriculares com o intuito de construir relações que clarifiquem a análise da prática docente, desencadeando uma discussão coletiva a partir das experiências trazidas pelos licenciandos, assim como das vivências dos estágios.

Observa-se que esta vivência curricular poderá ser profícua para a aprendizagem coletiva e individual, desde que se possa trabalhar com as experiências dos licenciandos, levando-os a desenvolver uma análise rigorosa de suas práticas docentes na Educação Profissional de nível médio e analisar as problemáticas surgidas à luz das categorias teóricas estudadas.

Durante o 1º semestre do curso, os estudantes irão refletir sobre as demandas existentes no cotidiano escolar, a importância de valorizar os saberes docentes e como que os marcadores sociais (questões de classe, gênero, etnia, religiosas, etc.) influenciam nas ações didáticas dos professores e professoras que atuam na educação profissional na disciplina de Seminários da Prática Docente 1. Enquanto realizam essas discussões, os alunos do curso estarão

realizando o estágio de observação e fazendo o diagnóstico da realidade escolar. Portanto, ao mesmo tempo que estudam as teorias sobre o cotidiano das escolas, eles e elas observam e analisam essa realidade nos locais em que realizam os seus estágios.

No 2º semestre do curso, ao realizarem a disciplina de Seminários da Prática Docente 2, os discentes terão acesso aos debates sobre a elaboração de um projeto político-pedagógico, aos projetos que são desenvolvidos em escolas técnicas e a experiências pedagógicas bem sucedidas em cursos de formação profissional de nível médio. É esperado que nesse momento da formação pedagógica os alunos estejam finalizando o seu estágio de observação e os diagnósticos do cotidiano escolar, passando assim a relacionar as teorias aprendidas no curso com o que observaram nas unidades escolares que realizam os estágios.

A disciplina de Seminários da Prática Docente 3 será realizada no último semestre do curso e possui como objetivo possibilitar que os estudantes realizem planejamento didáticos na área de formação profissional em que atuam e possam organizar um intervenção pedagógica, embasada teoricamente por esse planejamento prévio, mas escolas de formação profissional em que estão realizando os estágios. Durante as aulas dessa disciplina, os discentes poderão planejar, fazer a intervenção e depois refletir sobre os pontos positivos e as dificuldades que tiveram para realizar o estágio de participação e regência.

6.1.1. Organização do Estágio Curricular Supervisionado

A elaboração do Projeto de Estágio pelos licenciandos, pressupõe, num primeiro momento, o inventário das situações que conformam a realidade escolar, a partir de um processo coletivo de discussão com o orientador e o supervisor de estágio, remetendo para a construção de documentos diagnósticos que devem subsidiar a consecução de uma proposta de atuação do estagiário na denominada

“escola campo”, o que permite sistematizar a teoria explicitada no curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e os preceitos significativos da prática educativa.

Nesse contexto organiza-se a filosofia, as concepções e a estrutura desse Projeto, uma tarefa coletiva que se altera dialeticamente na medida em que novas questões vão se explicitando.

Para a realização desse projeto é necessário:

- conhecer a estrutura e o trabalho em uma “escola campo”: seus problemas e perspectivas concretas de atuação;
- reconhecer o trabalho do professor dessa escola enquanto elemento difusor de um conhecimento reiterativo (mantenedor) ou emancipatório (transformador);
- refletir sobre a produção do conhecimento em geral e do ensino técnico profissionalizante em particular;
- tomar contato e observar o encaminhamento / desenvolvimento de projetos educacionais disciplinares e interdisciplinares veiculados pela “escola campo”;
- discutir e propor formas de atuação dos professores em nível de outras metodologias;
- compreender a relevância de projetos no exercício da prática profissional do professor;
- instigar a reflexão no âmbito da interdisciplinaridade enquanto requisito fundamental na realização de projetos educacionais.

Esses objetivos deverão relacionar conteúdos que, no âmbito da teoria, indicam reflexões que articulam propostas concretas relacionadas aos núcleos:

- Núcleo de Formação Geral (FG):
 - História da Educação;
 - Filosofia da Educação;
 - Sociologia da Educação;
 - Direitos Humanos;

- Psicologia da Educação.
- Núcleo de Aprofundamento e Diversificação (AD)
 - Fundamentos em Educação a Distância;
 - Educação Inclusiva;
 - Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino;
 - Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica;
 - Currículo e Educação Profissional e Tecnológica;
 - Libras
 - Seminários da Prática Docente 1
 - Seminários da Prática Docente 2
 - Seminários da Prática Docente 3

O estágio terá enfoque não apenas no trabalho em sala de aula, mas nas atividades específicas da vida escolar, como o planejamento pedagógico, administrativo e financeiro, reuniões pedagógicas, eventos com a comunidade escolar e a realidade da escola. Todas as etapas do estágio serão desenvolvidas em escolas que possuam Educação Profissional de nível médio, nas disciplinas técnicas que se relacionam com a formação inicial do licenciando.

Desta forma, o estudante deverá desenvolver este Projeto de Estágio contemplando as seguintes etapas:

- **Diagnóstico:** O diagnóstico objetiva o reconhecimento e a busca de informações para caracterizar o ambiente escolar, os Planos de Curso, o Projeto Político-Pedagógico, o Regimento da Escolar, identificando e destacando os pontos fortes existentes e aqueles que podem ser melhorados. O estudante deverá com essas informações construir um perfil da Comunidade Escolar como um todo.
- **Observação:** O momento da observação em sala de aula é a ocasião que o estagiário tomará a posição de observador em processo de formação. Para isso, o estagiário deverá observar as ações do professor em sala de aula, seus objetivos, métodos, suas

técnicas, seu sistema de avaliação, sua relação com os alunos, a atualidade e contextualização dos conteúdos e sua relação com disciplinas afins.

- **Participação:** Na participação, espera-se que o estagiário adote uma postura propositiva no ambiente escolar. A participação do estagiário no decorrer das aulas deve vir ao encontro das combinações/necessidades do professor regente, bem como do tipo de auxílio que será dado aos alunos e as atividades na sala de aula que auxiliem o(a) professor(a) que está supervisionado o estágio.
- **Regência:** A regência em sala de aula constitui uma das etapas do processo de profissionalização dos futuros profissionais da educação. Trata-se de um momento enriquecedor da prática docente a ser realizada pelo(a) estagiário(a) no trabalho pedagógico da escola que permite a análise do seu “fazer pedagógico”, bem como os exercícios das ações pedagógicas pertinentes da Educação Profissional de nível médio. As atividades de regência devem ser compostas pelo planejamento das aulas e pela efetiva realização das atividades planejadas.

O estudante deverá cumprir 20% em até 3 atividades relacionadas com a etapa diagnóstico da realidade escolar, 40% de atividades relacionadas com a etapa observação de aulas, 10% relacionadas às atividades da etapa participação e 30% relacionadas às atividades da etapa regência, que corresponde a seguinte carga horária:

Etapas	Carga Horária	Porcentagem
Diagnóstico	60h (escolher no quadro 1 até 3 atividades)	20%
Observação	120h	40%
Participação	30h	10%
Regência	90h	30%

Quadro 1 – Carga Horária das atividades de estágio.

O Quadro 2 apresenta quais atividades correspondem a cada etapa do estágio e as características de cada uma delas:

ETAPAS	ATIVIDADES	CARACTERIZAÇÃO
DIAGNÓSTICO	Caracterização da escola	Observação e análise crítica das condições físicas da escola
	Caracterização da comunidade escolar	Pesquisa através da aplicação de questionários
	Análise do Projeto Pedagógico da Escola	Leitura e análise crítica do Projeto Pedagógico da Escola
	Análise do Regimento da Escola	Leitura e análise crítica do Regimento da Escola
	Análise do plano curricular	Análise dos programas das disciplinas/séries
	Análise dos projetos oficiais da escola	Reconhecimento dos projetos encaminhados pelas Escolas e discussão da relevância dos mesmos para os objetivos da Educação Básica (Profissionalizante)
OBSERVAÇÃO	Observação de aulas	Observar a dinâmica da sala de aula através da visualização do plano de aula, postura do professor, relação professor/aluno, estratégias de ensino, instrumentos de avaliação e conteúdos desenvolvidos
PARTICIPAÇÃO	Participação nas aulas	Auxiliar o professor/supervisor através da correção de exercícios, explicação de conteúdos para alunos com dificuldade e qualquer atividade de ensino que ajude o docente no desenvolvimento de sua aula

REGÊNCIA	<p>Elaboração de atividade temática para a aplicação na escola/sala de aula selecionada</p> <p>Aplicação da Atividade</p>	<p>Elaborar um plano de aula que preveja a organização de atividade que esteja de acordo com os pressupostos encaminhados para o estágio</p> <p>Ministrar as atividades planejadas sob a supervisão do professor</p>
-----------------	---	--

Quadro 2 – Atividades relacionadas às Etapas: Diagnóstico; Observação; Participação e Regência.

As atividades relacionadas com o estágio supervisionado previstas no quadro 1, deverão acontecer na seguinte sequência: Diagnóstico, Observação, Participação e Regência. Visa-se, assim, garantir que o estudante consiga compreender, analisar as tarefas profissionais de um docente no cotidiano escolar e vivenciar situações concretas de ensino e aprendizagem durante a sua formação pedagógica.

Durante as etapas do estágio o estudante deverá registrar formalmente na ficha síntese o tipo de atividade que está realizando na escola e seus aspectos, incluindo seus planos de aula, sua apreciação crítica da experiência de regência e os referenciais teóricos usados/estudados no Curso.

Cabe ressaltar a importância deste registro na ficha síntese, que deverá ser retomado durante a escrita do relatório final de estágio, com reflexões que indiquem a articulação dos conhecimentos teóricos presentes nos componentes curriculares e das vivências realizadas durante o estágio.

Para a conclusão do estágio o estudante deverá encaminhar ao Orientador de Estágio o relatório final junto a todos os documentos indicados no Manual do Estágio - aprovado pelo Colegiado de Curso - para o acompanhamento e a validação do mesmo.

A orientação das atividades de estágio supervisionado deverá promover discussões inerentes ao processo de ensino e aprendizagem, será realizada preferencialmente em encontros presenciais e de forma individual. Entretanto, em casos específicos, a orientação poderá ser feita virtualmente e em grupos que possuam áreas de atuação similares.

Assim, a realização do estágio supervisionado deverá permitir ao licenciando vivenciar o cotidiano que permeia as ações didático-pedagógicas nas escolas e promover a incorporação de um repertório que contribua para uma discussão mais abrangente e significativa no plano de sua formação. Desenvolver competências que o ajudem na elaboração dos planos de aula e regências nos níveis e modalidades de ensino envolvidos no estágio. Compreender o processo da aprendizagem em todos os seus aspectos analisando o seu papel enquanto veiculador de um conhecimento que expressa uma maneira de compreender o mundo, compartilhando com o grupo que compõe a “escola campo” seus conflitos e contradições numa perspectiva crítica que expressa autonomia. Buscar nexos que possam estruturar seu pensamento e sua prática.

Dessa forma, e, com o conteúdo específico tratado como elemento aglutinador de uma *práxis* que integra teoria e prática, o licenciando materializa procedimentos passíveis de serem incorporados no cotidiano escolar da formação técnico profissional de nível médio, (re)estabelece as suas concepções didático-pedagógicas e, por fim, adquire as condições necessárias à construção da sua identidade profissional, a partir da possibilidade de vivenciar e interagir com uma escola/sala de aula onde atua ou “escola campo” objeto do estágio.

6.1.2. Acompanhamento, orientação e avaliação

Para a realização do estágio curricular supervisionado, é considerado o Regulamento de Estágio do IFSP (Portaria nº. 1.204, de 11 de maio de 2011), elaborado em conformidade com a Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe do estágio de estudantes e dá outras providências, dentre outras legislações, para sistematizar o processo de implantação, oferta e supervisão de estágios curriculares. Além disso, o estágio deve ser realizado observados os preceitos legais da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases

da Educação Nacional (LDB), da Resolução CNE/CP no. 2, de 01 de julho de 2015 e da Organização Didática do IFSP, aprovada pela Resolução nº 147/2016, de 06 de dezembro de 2016. Conforme previsto nos preceitos legais vigentes, o estágio curricular supervisionado para o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de nível médio - modalidade a distância, é OBRIGATÓRIO, sendo requisito para conclusão do curso e obtenção do diploma.

O discente deve integralizar, no mínimo, 300 horas de estágio curricular supervisionado até o final do curso. Para a realização do estágio, recomenda-se a inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de ensino da Educação Profissional de Nível Médio da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente. Além disso, também se recomenda que o aluno realize o estágio nos períodos em que estiver matriculado nas disciplinas *Seminários de Prática Docente 1, 2 e 3*, pois são as disciplinas que se articularão com o estágio, podendo fazer uma reflexão sobre a prática docente.

O estágio deve ser desenvolvido em instituições de ensino da Educação Profissional de Nível Médio públicas e/ou privadas conveniadas com o IFSP-Câmpus São Paulo, denominadas escolas campo de estágio ou Unidade Concedente. O estabelecimento de Convênios de Concessão de Estágio de Licenciatura firmados entre o IFSP-Câmpus São Paulo e as Unidades Concedentes é de competência da Direção Geral do Câmpus, de acordo com a Portaria no. 317, de 20 de fevereiro de 2009. Através desta institucionalização dos campos de estágio, buscar-se-á a integração do IFSP com as escolas de Educação Básica a fim de integrar o projeto do curso de formação e os projetos pedagógicos destas escolas, assim como atender as necessidades geográficas e profissionais dos alunos do curso da Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de nível médio - modalidade a distância, consolidando a corresponsabilidade e o trabalho coletivo entre os professores-formadores (supervisor e orientador) e o professor-estudante (aluno estagiário).

A supervisão e orientação das atividades do estágio são realizadas por:

Supervisor: profissional da Unidade Concedente com formação e/ou experiência profissional na área da formação inicial do estudante (bacharel ou tecnólogo), definido através de acordo entre o profissional e o(a) estagiário(a) ou indicado pela Direção da Unidade Concedente.

Orientador: professor do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso, definido através de acordo entre o docente e o(a) estagiário(a) ou indicado pela Coordenação de Estágios do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso.

Os procedimentos necessários para a formalização do estágio são apresentados a seguir:

A. O discente deve preencher a **Carta de Apresentação** e imprimir em uma via. Também deve preencher seus dados na **Ficha de Credenciamento**, imprimir em duas vias e assiná-las. Na **Ficha de Credenciamento**, os dados referentes à Unidade Concedente permanecem em branco neste momento.

B. O discente deve consultar a Direção da Unidade Concedente sobre a possibilidade de desenvolver o estágio em sua unidade escolar, apresentando a **Carta de Apresentação** devidamente preenchida e assinada.

C. Caso a Direção da Unidade Concedente autorize o desenvolvimento do estágio, o discente deve completar, à mão, o preenchimento das duas vias da **Ficha de Credenciamento** com os dados, assinatura e carimbo da Direção da Unidade Concedente. Uma via da **Ficha de Credenciamento** deve ficar com a Direção da Unidade Concedente. Neste momento, também deve-se definir o supervisor do estágio junto à Unidade Concedente.

D. Caso a Unidade Concedente não seja instituição pública de ensino, providenciar documento comprobatório de **Autorização de Funcionamento de Escola Particular**. Este documento pode ser obtido no Diário Oficial, no site da Diretoria de Ensino ou da Secretaria da Educação ou ainda pode ser fornecido pela própria escola.

E. O discente deve preencher o **Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades**. Os dados sobre a apólice do seguro devem ser obtidos junto

à Coordenação de Estágios do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso. A página referente ao **Plano de Atividades** deve ser preenchida com anuência do supervisor e do orientador. Imprimir este documento em três vias, assiná-las e providenciar as assinaturas e carimbos necessários.

F. O discente deve entregar, à Coordenação de Estágios do IFSP-Campus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso, uma via da **Ficha de Credenciamento**, uma cópia do documento comprobatório de **Autorização de Funcionamento de Escola Particular** (no caso de instituições de ensino particulares) e três vias do **Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades**.

G. A **Ficha de Credenciamento** e o documento comprobatório de **Autorização de Funcionamento de Escola Particular** (no caso de instituições de ensino particulares) serão arquivados junto à Coordenação de Estágios do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso. O(a) Coordenador(a) de Estágios providenciará a assinatura e carimbo da Direção do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso nas três vias do **Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades**. Após assinadas, uma via será arquivada junto à Coordenação de Estágios do IFSP-São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso e duas vias serão devolvidas ao discente.

H. O discente fica com uma via do **Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades** e deve entregar uma via desse documento à Direção da Unidade Concedente para arquivamento. Somente após estas etapas, o estágio poderá ser iniciado e suas horas contabilizadas.

Acompanhamento, validação e registro do Estágio Curricular Supervisionado

As atividades desenvolvidas no estágio serão acompanhadas pelo supervisor através da **Ficha de Registro de Atividades de estágio**, que deve ser atualizada diariamente em arquivo digital.

Concluída a carga horária, o(a) estagiário(a) deve imprimir uma via das folhas da aba correspondente à modalidade concluída e providenciar as assinaturas e os carimbos necessários. Caso o período de estágio previsto no **Termo de Compromisso de Estágio** ou em Termo Aditivo se encerre antes de atingir a totalidade da carga horária de uma ou mais modalidades, o(a) estagiário(a) deve imprimir uma via de todas as folhas da(s) aba(s) correspondente(s) à(s) modalidade(s) não concluída(s), providenciar as assinaturas e os carimbos.

Todas as folhas impressas da **Ficha de Registro de Atividades de estágio**, devidamente assinadas e carimbadas, devem ser entregues ao orientador, que analisará a documentação em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de entrega da documentação. Caso haja inconsistências, a documentação será devolvida para correção. Caso contrário, a carga horária de estágio será considerada validada.

Se a carga horária validada atingir o total estabelecido, o orientador comunicará que o(a) estagiário(a) deve redigir o **Relatório de Estágio Curricular Supervisionado**. Após redação do relatório pelo(a) estagiário(a), o orientador indicará as revisões necessárias, caso haja, para emissão de parecer favorável, que deve ser formalizado pelo orientador através do **Parecer do Orientador sobre Relatório de Estágio**.

O **Relatório de estágio** acompanhado do **Parecer do Orientador** deve ser entregue à Coordenação de Estágios do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso no prazo de 30 (trinta) dias corridos a partir da data de validação da carga horária pelo orientador.

Após recebimento do relatório com parecer favorável, o(a) Coordenador(a) de Estágios do IFSP-Câmpus São Paulo ou do respectivo polo em que o estudante realiza o curso solicitará, à Coordenação de Registros Acadêmicos, o registro da carga horária de estágio no histórico escolar do(a) estagiário.

Para alunos formandos, destaca-se que o registro da carga horária de estágio deve ser realizado com, no mínimo, 20 (vinte) dias corridos de antecedência à data da Colação de Grau. Dessa maneira, é importante que o discente nesta situação

procure a Coordenação de Curso para orientações quanto aos prazos de entrega da documentação, de modo a viabilizar sua Colação de Grau no prazo previsto.

6.2. Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento - ATPAs

As Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento (ATPAs) têm a finalidade de enriquecer o processo de aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social do cidadão e permitindo, no âmbito do currículo, o aperfeiçoamento profissional, agregando valor ao currículo do estudante. Frente à necessidade de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, interdisciplinares, de permanente e contextualizada atualização profissional, as ATPAs visam uma progressiva autonomia intelectual, em condições de articular e mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, para colocá-los frente aos desafios da profissão docente.

Destaca-se que as ATPAs consideram a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento e a aderência à formação geral e específica do estudante, constante no PPC. Do mesmo modo as possibilidades de ATPAs devem estar em conformidade com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica, da Formação de Professores e da área de conhecimento da licenciatura, em articulação com o PPC, e estar presentes em todo o curso.

Em conformidade com a Resolução CNE/CP nº 2 de 01/07/20015, serão cumpridas, no mínimo, 200 horas de ATPAs que compreendem a participação em atividades associadas ao Núcleo de Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular (EIEC).

Para ampliar as formas de aproveitamento, assim como estimular a diversidade destas atividades, apresentamos a seguir uma tabela com as possibilidades de realização e a respectiva regulamentação.

Atividade	Carga horária mínima por cada atividade	Carga horária máxima por cada atividade	Carga horária máxima no curso	Documento comprobatório
Componente curricular de outro curso ou instituição	-	40 h	40 h	Certificado de participação, com nota e frequência.
Eventos científicos: congresso, simpósio, seminário, conferência, debate, <i>workshop</i> , jornada, fórum, oficina, etc.	6 h	30 h	30 h	Certificado de participação
Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e/ou complementação de estudos	-	40 h	40 h	Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso
Seminário e/ou palestra	4 h	20 h	20 h	Certificado de participação
Visita Técnica	-	10 h	10 h	Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita.
Ouvinte em defesa de TCC, monografia, dissertação ou tese	-	5 h	5 h	Relatório com assinatura e carimbo do responsável.
Pesquisa de Iniciação Científica, estudo dirigido ou de caso	-	40 h	40 h	Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável.
Desenvolvimento de Projeto Experimental	-	40 h	40 h	Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do orientador.
Apresentação de trabalho em evento científico	-	40 h	40 h	Certificado
Publicação de resumo em anais ou de artigo em revista científica	-	20 h	20 h	Cópia da publicação
Pesquisa bibliográfica supervisionada	-	20 h	20 h	Relatório aprovado e assinado pelo supervisor


Resenha de obra recente na área do curso	-	10 h	10 h	Divulgação da resenha
Campanha e/ou trabalho de ação social ou extensionista como voluntário	-	30 h	30 h	Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável.
Resenha de obra literária	2 h	10 h	10 h	Divulgação da resenha
Programa Bolsa Discente	-	40 h	40 h	Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo responsável.
Docência em mini-curso, palestra e oficina	-	20 h	20 h	Relatório das atividades desenvolvidas e declaração.
Representação Estudantil	-	20 h	20 h	Declaração da instituição
Participação em Grêmios Estudantil/ Centro Acadêmico	-	10 h	10 h	Declaração da instituição

As ATPAs deverão estar relacionadas com os conteúdos desenvolvidos nos componentes curriculares do curso. Ao entregar um certificado de alguma atividade, o estudante deverá produzir um relatório mencionando como que essa experiência possibilitou que ele realizasse reflexões sobre o cotidiano escolar e as experiências vivenciadas durante a sua formação pedagógica.

Após a entrega dos certificados, os tutores e a coordenação do curso irão validar as horas de ATPAs após análise dos relatórios realizados pelos estudantes.

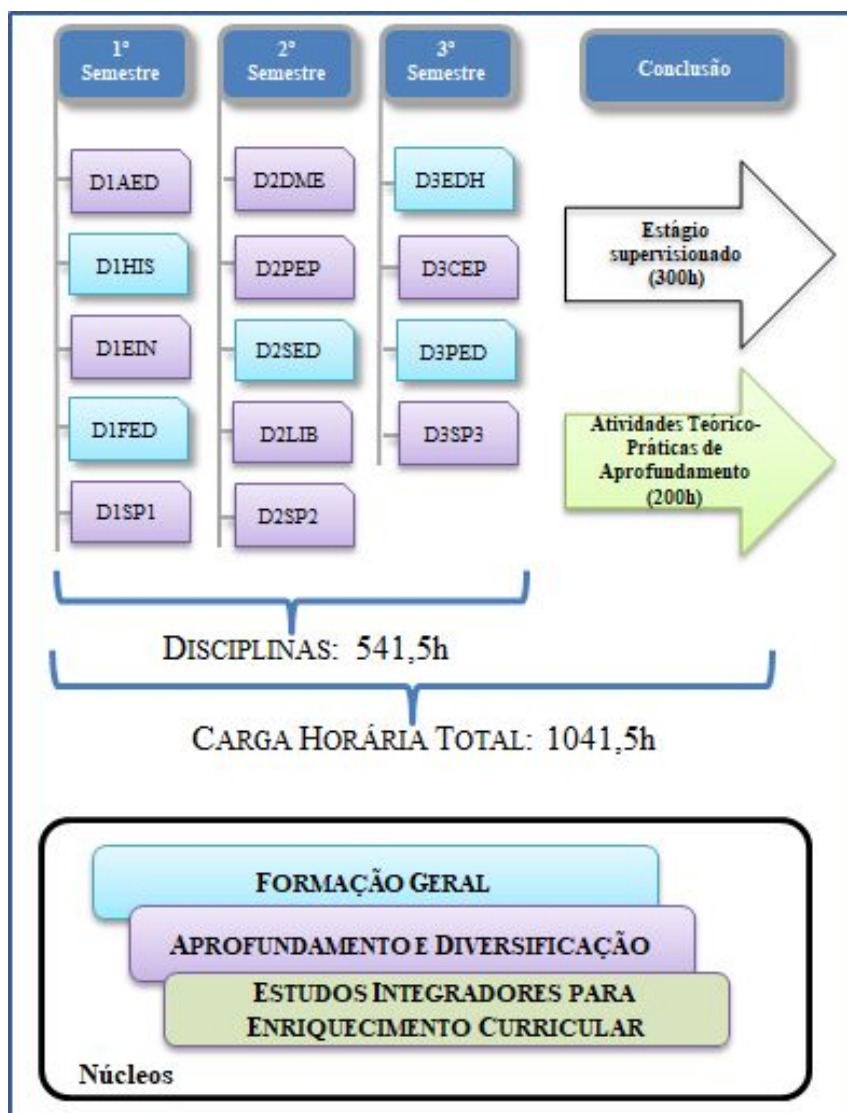
Os formadores do curso também irão realizar atividades virtuais e presenciais relacionado às ATPAs com os conteúdos desenvolvidos nos componentes curriculares, possibilitando, dessa forma, que os estudantes vivenciem experiências inovadoras de ensino e aprendizagem durante o seu processo formativo.

6.3. Estrutura Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO								
		(Criação: Lei nº 11.892 de 29/12/2008) Câmpus São Paulo					Carga Horária do Curso: 1041,5h	
		ESTRUTURA CURRICULAR: FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO - MODALIDADE A DISTÂNCIA						
Base Legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 Resolução de autorização do curso no IFSP: no.492, de 14 de dezembro de 2011								
	Núcleo*	COMPONENTE CURRICULAR	Código	Teórica/Prática	Nº profs.	Aulas por semana	19 semanas por semestre, aulas de 45 min.	
							Total de aulas	Total horas
1º Sem	AD	Fundamentos em Educação a Distância	D1EAD	T/P	2	4	76	57,0
	FG	História da Educação	D1HIS	T	2	2	38	28,5
	AD	Educação Inclusiva	D1EIN	T/P	2	2	38	28,5
	FG	Filosofia da Educação	D1FED	T	2	2	38	28,5
	AD	Seminários da Prática Docente 1	D1SP1	T/P	2	4	76	57,0
	Subtotal						14,0	266,0
2º Sem	AD	Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino	D2DME	T/P	2	4	76	57,0
	AD	Fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica	D2FEP	T	2	4	76	57,0
	FG	Sociologia da Educação	D2SED	T	2	2	38	28,5
	AD	Libras	D2LIB	T/P	2	2	38	28,5
	AD	Seminários da Prática Docente 2	D2SP2	T/P	3	2	38	28,5
	Subtotal						14,0	266,0
3º Sem	FG	Educação em Direitos Humanos	D3EDH	T	2	2	38	28,5
	AD	Currículo e Educação Profissional e Tecnológica	D3CEP	T/P	2	4	76	57,0
	FG	Psicologia da Educação	D3PED	T	2	2	38	28,5
	AD	Seminários da Prática Docente 3	D3SP3	T/P	3	2	38	28,5
	Subtotal						10,0	190,0
Total de Aulas/Horas							722,0	541,5
Estágio Supervisionado								300,0
ATPAs (Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento - Núcleo EIEC)								200,0
Total Geral								1041,5

* Núcleos: FG (Formação Geral), AD (Aprofundamento e Diversificação), EIEC (Estudos Integradores para Enriquecimento Curricular)

6.4 Representação Gráfica do Perfil de Formação



6.5. Educação em Direitos Humanos

A Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições. Conforme explicitado nesta resolução, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de

vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

É nessa perspectiva que se insere na grade curricular a disciplina “Direitos Humanos” que proporcionará aos licenciandos reflexões aprofundadas sobre a importância desse tema constar nas propostas curriculares dos cursos técnicos de nível médio, bem como sobre as formas de desenvolver essa temática nas disciplinas técnicas, sobre as maneiras de identificar na legislação educacional brasileira questões voltadas para os direitos humanos e sobre os desafios de relacionar os conteúdos específicos das disciplinas técnicas com a educação em direitos humanos.

6.6 Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Conforme determinado pela Resolução CNE/CP N° 01/2004, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, as instituições de Ensino Superior incluirão, nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes e indígenas, objetivando promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes, no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção da nação democrática.

Visando atender a essas diretrizes, além das atividades que podem ser desenvolvidas no câmpus envolvendo esta temática, o componente curricular “Currículo e Educação Profissional e Tecnológica” desenvolverá a compreensão da diversidade cultural por meio da análise da legislação educacional brasileira que dispõe sobre esse tema, bem como debates acerca da diversidade étnica brasileira nos encontros presenciais, além de promover reflexões acerca da cultura

afro-brasileira e indígena nas propostas curriculares e na efetivação desses saberes na prática pedagógica dos professores e professoras que terão atuação específica no ensino técnico.

6.7 Educação Ambiental

Considerando a Lei nº 9.795/1999, que diz: “A *educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal*”, o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, desenvolverá a educação ambiental como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Atendendo o artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 2/2012 será adotada neste curso uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

Com isso, prevê-se neste curso a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto Nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, desenvolvendo-se este assunto em projetos, palestras, apresentações, programas, ações coletivas, dentre outras possibilidades.

Visando atender a essas diretrizes, além das atividades que podem ser desenvolvidas em situações extracurriculares, nos componentes curriculares “Seminários de Prática Docente 1” e “Educação em Direitos Humanos” serão desenvolvidos conteúdos e reflexões sobre a educação ambiental como uma demanda que deve ser considerada no cotidiano das escolas de formação profissional de nível médio, enfatizando que o respeito ao meio ambiente na atividade profissional está intimamente ligado aos direitos humanos e a sua sobrevivência no planeta Terra.

6.8 Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A estrutura curricular deste curso contempla o componente curricular LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), conforme determinação legal, de acordo com o Decreto 5.626/2005 que prevê a oferta obrigatória nos cursos de Licenciatura, e, optativa nos demais cursos de educação superior.

Importante evidenciar que todo o desenvolvimento da disciplina em questão no presente curso vem ao encontro das prerrogativas da Política Nacional de Educação inclusiva, a qual compreende a escola como um espaço que deve vivenciar e estar preparada para a diversidade.

Para tanto, a proposta para este componente curricular está pautada no processo de escolarização dos alunos com deficiência e o papel do professor nesse processo, dessa forma enfatiza sua importância na formação docente. Assim, prioriza o reconhecimento da Libras como língua, identificando os principais aspectos de sua gramática e refletindo sobre seu uso. Atua na desmistificação de preconceitos e estereótipos sobre a surdez e as pessoas surdas e reflete sobre a história, cultura e a identidade dos Surdos e os modelos educacionais para os surdos a partir dos fundamentos filosóficos, teóricos e legais da educação de surdos no contexto das políticas de inclusão.

7. METODOLOGIA

A educação a distância, por sua natureza, exige a criação e a organização de uma rede de aprendizagem que possibilite o processo de interação e engajamento entre os sujeitos da ação pedagógica. Nesse contexto, destacam-se os seguintes princípios e estratégias que norteiam esse curso:

- Modelo de design educacional aberto que valoriza a interação entre docentes e discentes na construção de conhecimentos, baseando-se numa concepção de

aprendizagem socio-interacionista e crítica com elaboração de planos didáticos que evidenciam as atividades desenvolvidas no ambiente virtual articuladas, também, com as atividades presenciais;

- Diversificação na exposição dos conteúdos e das atividades propostas visando promover a acessibilidade metodológica;

- Existência de infraestrutura tecnológica adequada, inclusive, por meio da Coordenadoria de Educação a Distância do câmpus, responsável por viabilizar recursos, mídias e profissionais dedicados para atendimento das demandas do curso;

- A sistematização da produção, homologação e publicação do material didático e dos recursos educacionais digitais;

- A implementação de um processo de acompanhamento e avaliação multidimensional tanto da aprendizagem quanto dos processos pedagógicos, garantindo a articulação dos resultados da Comissão Própria de Avaliação do Câmpus com as avaliações externas, a articulação das avaliações presenciais com as avaliações online, bem como a autoavaliação dos estudantes;

- Uso do ambiente virtual Moodle como ambiente oficial, integrado com outras plataformas livres que viabilizem a cooperação entre docentes e discentes, a reflexão sobre os conhecimentos construídos, acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e, que seja submetido a avaliação multimimensional visando melhoria contínua;

- A implementação de um programa contínuo, estabelecido junto à comissão de formação continuada do campus e com a Diretoria de Formação e EaD, voltado para a formação de equipe docente e técnica no que diz respeito à EaD e suas metodologias, linguagens, currículos e práticas;

- A definição de uma equipe técnica multidisciplinar qualificada para atuar na concepção, produção e compartilhamento de tecnologias, metodologias e recursos educacionais EaD, a partir da criação de um plano de ação institucionalmente formalizado pela Coordenadoria de Educação a Distância do câmpus e pelas

políticas e fluxo de trabalho estabelecidos com a Diretoria de Formação e Educação a Distância;

- Garantia de infraestrutura de apoio presencial, com viabilização de infraestrutura de laboratórios nos polos de apoio presencial, docentes para atendimento e acompanhamento presencial, inclusive, das políticas de acessibilidade e de apoio sociopedagógico e técnico-administrativo aos estudantes.

7.1 Atividades online e encontros presenciais

A concepção de aprendizagem que materializa este projeto tem como principal referencial as abordagens sociointeracionistas de ensino e de aprendizagem com base nos princípios de colaboração, autonomia e na construção compartilhada de conhecimentos.

Nesse sentido, toda interação seja no ambiente virtual ou os encontros presenciais ganham destaque. No caso dos encontros presenciais são entendidos não como meros momentos de aplicação de avaliações e, sim, momentos ricos de aprendizado a partir da experiência do outro, de síntese de conteúdos previamente trabalhados online ou de introdução a novos conteúdos.

Nessa perspectiva, além de um primeiro encontro presencial de boas-vindas, orientação geral e introdução ao curso e seus componentes curriculares, a organização do curso compreende um novo encontro presencial a cada 3 semanas, encontros esses marcados pela preparação prévia via ambiente virtual e vinculados a atividades de avaliação geralmente reflexivas que auxiliem o discente na apreensão de uma síntese dos conteúdos abordados nos materiais e atividades dispostos online.

7.2. Modelo de design educacional e concepções de aprendizagem

A concepção de aprendizagem que materializa este projeto tem como principal referencial as abordagens sociointeracionistas de ensino e de aprendizagem em que os princípios de colaboração, autonomia e na construção compartilhada de conhecimentos. Assim, a metodologia tem por base a concepção de estudante como ser ativo, construtor de seu conhecimento a partir de um perfil pesquisador, capaz de lidar com novas situações buscando soluções a partir das interações coletivas, além de exercer autonomia, inserido num contexto social e cultural no qual pode intervir, colaborar e modificar. Para que isso ocorra, o ensino deve se dar em um ambiente que propicie a dialogicidade e a construção coletiva e colaborativa de conhecimento.

Nessa perspectiva, o modelo de design educacional que orienta este projeto é baseado na colaboração, ou seja, um modelo de design que articula mídias, tecnologias, professores e estudantes em projetos e atividades abertas, flexíveis, com negociação de sentidos e de experiências de aprendizagem, vivenciadas a partir de encontros virtuais e presenciais, conforme proposta pedagógica de cada componente curricular. Os princípios desse modelo de design educacional colaborativo demandam o uso de tecnologias que permitam a comunicação síncrona como webconferências, chats e assíncrona como fóruns e mensagens, por exemplo.

Desse modo, a realização de atividades individuais e coletivas são orientadas para situações reais que envolvem o objeto de estudo, tendo como suporte videoaulas, webaulas, apostilas, objetos educacionais e demais recursos educacionais digitais.

Apenas como exemplo de uma atividade que em muito dialoga com a perspectiva colaborativa aqui apontada é o uso que se faz em diversos componentes curriculares da atividade de avaliação por pares (também chamada de laboratório de avaliação ou workshop) em que os próprios alunos, em conjunto com seu professor

tutor virtual, avaliam, de acordo a critérios pré-estabelecidos pelo professor formador, os trabalhos desenvolvidos por seus colegas, recebendo, então, duas menções, uma pelo seu trabalho e outra pelo seu papel como avaliador. Na mesma perspectiva colaborativa, os fóruns de discussão são geralmente projetados para que os discentes postem não apenas suas opiniões sobre determinado assunto, mas também réplicas e tréplicas sobre as opiniões de seus colegas, sempre contando com a intermediação do professor tutor virtual.

Vale também destacar a proposta de articulação entre atividades e avaliações presenciais e virtuais, seja pela interação, via webconferências mediadas pela coordenação, entre professores responsáveis pelas atividades online e presenciais, seja pela presença de espaços específicos do próprio ambiente virtual para essa articulação.

Entendemos que o conjunto destas tecnologias e mídias viabilizam a realização de diferentes estratégias didáticas, como atividades práticas, sínteses, desafios, produções individuais e em grupo que favorecem a construção de conhecimento significativo, o raciocínio, a reflexão crítica e a capacidade de resolução de problemas, visando consolidar os saberes e habilidades construídos ao longo de cada componente curricular.

7.3. Ambiente virtual de ensino-aprendizagem

Desde 2011 o câmpus São Paulo explora e colabora para o desenvolvimento e aprimoramento do ambiente virtual *Moodle* em parceria com a Diretoria de Formação e Educação a Distância (DEFOR), inclusive, sendo atualmente totalmente autônomo na disponibilidade e gestão do ambiente graças à ação da Coordenadoria de EaD estabelecida no câmpus que mantém a disponibilidade e o suporte aos docentes e discentes. A escolha pelo *Moodle* está em consonância com a política da DEFOR e do comitê de tecnologia do IFSP que selecionou este ambiente por suas características técnicas e pedagógicas que permitem a customização da interface, a

atualização pedagógica e técnica constante, a integração com diferentes mídias e tecnologias, inclusive, a ferramenta de webconferência institucional dentre outras características. Por ser um ambiente institucional, como as demais mídias usadas para as atividades do curso, há uma consolidada *expertise* no uso de seus recursos, tanto no que diz respeito ao suporte tecnológico quanto pedagógico que garante aos professores e estudantes a realização das atividades pedagógicas a partir de fóruns, questionários, wikis, envio de arquivos, compartilhamento de materiais dentre outros recursos. Apresentam-se a seguir alguns destaques da arquitetura pedagógica disponível no ambiente virtual.

7.3.1 Espaços virtuais de aprendizagem (salas de aula)

Visando proporcionar uma experiência de aprendizagem mais significativa por parte do discente, os espaços virtuais dos componentes curriculares seguem um modelo de desenho instrucional que, aproveitando-se da flexibilidade permitida pelo *software moodle* e seus *plugins*, apresenta diversos diferenciais e inovações.

Exemplo disso é o uso do *plugin onetopic*², que permite visualizar apenas um tópico do espaço virtual a cada vez, evitando-se a existência de páginas eletrônicas de grande extensão vertical. Os conteúdos são, assim, dispostos em tópicos semanais (semana 1, semana 2, etc.) agrupados em blocos precedentes aos encontros presenciais (ex. “Bloco das Semanas de 1 a 3”, “Blocos das Semanas de 4 a 10”, etc.), acrescidos de um tópico de apresentação e um tópico destinado à interação discente.

No tópico de apresentação concentram-se as informações gerais do componente curricular, tais como seu título, ementa, carga horária e semestre de realização. Além disso, são também apresentados os nomes do professor formador e dos professores tutores virtuais especificamente envolvidos no componente, bem como uma introdução por parte do formador aos assuntos a serem desenvolvidos no componente.

² https://moodle.org/plugins/format_onetopic

Por sua vez, os tópicos semanais, além de contarem com um cabeçalho de apresentação ao conteúdo a se desenvolver na semana, são organizados com base em palavras chaves (“Para ler”, “Para fazer”, “Para assistir”, “Para saber mais”, etc.), associadas a seus respectivos ícones, destacadas por tarjas de layout responsivo especialmente desenhadas para o curso. Busca-se, assim, facilitar a percepção do estudante para com o material de estudo e atividades disponibilizados a cada semana em cada componente curricular. Vale ainda destacar a tarja “Dúvidas?”, presente em todos os tópicos semanais de todos os componentes à qual se associa um fórum de dúvidas destinado à alocação de dúvidas por parte do discente a seu tutor virtual.

É também importante realçar a estratégia de se moldar os encontros presenciais como sínteses aos tópicos semanais que o antecedem ou como preparação para os tópicos semanais que o sucedem, razão do já indicado agrupamento dos tópicos semanais em blocos e de que em alguns tópicos semanais se agrega o uso da tarja “Preparando o encontro presencial”. Assim também, há conteúdos a serem desenvolvidos em determinada semana que exigem um trabalho prévio do discente, sendo por isso ocasionalmente utilizada a tarja “Preparando a próxima semana”.

Quanto ao tópico destinado à interação discente, denominado por “conversa entre alunos”, destaca-se a existência de um fórum de livre participação em que os discentes são incentivados a trocarem informações, recomendações de leituras, filmes, peças, lugares, ou mesmo para marcarem um encontro presencial.

7.3.2 Espaço virtual de apoio ao estudante

O “apoio ao aluno” é um espaço virtual em que se disponibilizam manuais, tutoriais, calendários, documentos, informações gerais sobre o curso e a instituição, divulgação de eventos e espaços de comunicação com as coordenações do curso e de educação a distância, com o Núcleo de Apoio ao Estudante (NAPNE), com a diretoria sociopedagógica e com a secretaria acadêmica e que também permite

indicar as notícias e ações realizadas no polo presencial, participando deste espaço todas as equipes de apoio ao estudante, inclusive, presencial.

7.3.3 Espaço virtual de apoio aos professores

A “sala dos professores” é um espaço virtual voltado à integração entre todos os docentes envolvidos no curso, bem como de orientação por parte da coordenação e de publicação de tutoriais sobre as ferramentas disponíveis no *Moodle Câmpus* e de documentos referentes ao curso, tais como versões do PPC em desenvolvimento quando da realização de sua atualização ou reformulação, convocações de reuniões de curso, atas do colegiado e do NDE.

7.3.4 Espaço virtual de apoio às atividades de orientação de estágio

O ambiente também possui um espaço específico para que os professores orientadores de estágio possam acompanhar os estudantes durante o processo de estágio. Neste ambiente os estudantes se comunicam com seus professores orientadores e fazem a entrega de relatórios, documentos, bem como acessam os manuais de orientação de estágio, vídeos orientativos e tutoriais que os auxiliam em seu percurso.

7.4. Outros espaços digitais de acesso à informação

Além do ambiente *Moodle*, também são disponibilizados aos professores e estudantes o acesso digital ao Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum, à Biblioteca Virtual Universitária Pearson, ao Portal de Periódicos da Capes e a todo sistema acadêmico por meio do ambiente SUAP que está sendo gradativamente

integrado ao *Moodle*. Pelo SUAP, o estudante pode verificar *online* diversas informações sobre o curso, tal como acessar e imprimir boletins.

7.5 Material Didático

O material didático visa atender aos objetivos de aprendizagem definidos nos componentes curriculares tendo como princípios a coerência teórica, a linguagem inclusiva e acessível, a adequação bibliográfica e à diversidade de formatos (apostilas digitais, vídeos, animações, videoaulas, dentre outros).

Como princípio de eficiência e economia dos recursos públicos, pretende-se utilizar metodologias de curadoria LORI (Learning Object Review Instrument) e CASCOIME (Cost, Acessibility, Social Political, Cultural Friendliness, Open-Flexibility, Interactivity, Motival Value, Effectiveness) prevendo qualidade de conteúdo, alinhamento com o objetivo de aprendizagem, feedback e adaptação, motivação, design de apresentação, usabilidade de interação, acessibilidade, reusabilidade, conformidade com padrões (ISBN, ISSN, etc), licença Creative Commons e domínio público, adequação política e social (possuindo coerência com as políticas e concepções educacionais da Rede Federal), empatia cultural (se articulando com os princípios pedagógicos e culturais dos Institutos Federais), abertura e flexibilidade (podendo ser utilizada em diferentes abordagens de ensino, ser remixado, atualizado, etc), interatividade (possuindo interatividade discursiva, imersiva, semiótica, etc.) e aspectos motivacionais (possuindo elementos que possam engajar os estudantes).

Tal intencionalidade se apoia no fluxo de produção estabelecido por política institucional, a partir da articulação entre a coordenação do curso e as equipes da CED e da DEFOR, garantindo os princípios de validação e homologação. Embora o detalhamento de tal fluxo possa variar a depender do material a ser concretamente produzido, a ideia geral estabelecida no curso é de que a partir do processo de

atribuição de aulas, o professor formador elabore o Plano de Aulas da disciplina lhe atribuída, procurando estruturar os conteúdos e atividades a serem desenvolvidos online a cada semana articulados com as atividades dos encontros presenciais, de forma que tais encontros busquem uma síntese das discussões realizadas nas semanas que o antecederam ou uma introdução às discussões a serem realizadas nas semanas que o sucederem. Conforme já indicado em item anterior deste documento, os tópicos semanais se constituem, assim, agrupados (ex. “Bloco das Semanas de 1 a 3”, “Blocos das Semanas de 4 a 10”, etc.).

Elaborado o plano, ele é repassado ao coordenador do curso para validação ou devolutiva com as indicações das alterações a serem realizadas. Uma vez validado o Plano de Aulas, o formador inicia a postagem de conteúdos e atividades no ambiente virtual referentes ao primeiro bloco de tópicos semanais, ao mesmo tempo em que apresenta à CED demandas que exijam um processo particular de elaboração e desenvolvimento, como por exemplo videoaulas ou aulas gravadas que seguirão seu próprio processo de validação. Finalizada a configuração do primeiro bloco de aulas semanais, a CED procede com sua validação ou com a devolutiva das alterações a serem realizadas, sejam elas de caráter didático-pedagógico ou de desenho instrucional.

Validada a configuração no ambiente virtual do primeiro bloco de tópicos semanais, o formador procede com a elaboração dos próximos blocos de tópicos semanais que seguirão o mesmo processo de validação.

Finalizadas as configurações de todos os conjuntos de tópicos semanais, o formador passa, então, à adaptação do material online ao formato de apostila que visa possibilitar uma visão geral dos objetivos, conteúdos e atividades a serem desenvolvidos na disciplina antes mesmo de sua disponibilização online. Preparado tal material por meio de editores de texto comumente utilizados, o formador o envia à CED que procede com sua validação ou devolutiva para alterações que se façam necessárias. Validado, o texto é enviado à DEFOR que procederá com sua própria validação e diagramação, visando a edição de uma apostila a ser encaminhada à Editora do IFSP para publicação e registro ISBN.

Vale observar que todo esse processo que antecede o início da disciplina, em especial no que se refere ao apostilamento dos materiais das disciplinas, está em fase de implantação e sujeito a eventuais adaptações.

Iniciada a disciplina, o processo de avaliação e validação do material didático continua, mas agora com o professor formador exercendo um papel de diálogo com os professores tutores virtuais de cada polo no sentido de colher opiniões sobre a aplicação concreta dos conteúdos e atividades visando sua reorganização em futura nova oferta da disciplina, valendo dizer que todas as disciplinas prevêm em seu final uma avaliação de feedback realizada pelo aluno.

7.6. Polos de apoio presencial

Visando a ampliação da possibilidade de participação de alunos de outras regiões, a cada abertura de turma do curso de Formação Pedagógica é lançado um edital Institucional para o credenciamento de Polos de oferta do curso entre os Câmpus do IFSP, conforme legislação brasileira de EAD.

Assim, é possível administrar e acompanhar as atividades pedagógicas e desenvolvimento acadêmico dos estudantes, por meio dos polos de apoio presenciais.

Além disso, as avaliações da aprendizagem dos estudantes em cursos regulares, por determinação legal, são presenciais e, desta forma os polos de apoio presencial poderão receber os estudantes para a realização de atividades presenciais e avaliações.

Vale destacar que os polos de apoio presencial têm as seguintes funções:

- 1) sediar as avaliações da aprendizagem dos estudantes em cursos regulares;
- 2) ser um apoio no processo de EAD, para onde o estudante pode se dirigir e esclarecer de forma mais direta as dúvidas que surjam durante o curso;
- 3) oferecer acesso a laboratório de informática - a facilidade de acesso pode ser fator preponderante para ingresso no curso ou mesmo para a permanência dos estudantes;

- 4) apoiar as atividades didático-pedagógicas em atividades que precisem ser realizadas presencialmente para atingirem com mais eficácia os objetivos do curso;
- 5) organizar estágios, supervisões e visitas técnicas, defesas de trabalhos, mediar atividades de grupo, entre outras.

Vale ainda destacar que no IFSP os polos de apoio presencial estão regulamentados pela Resolução IFSP nº 42 de 5 de julho de 2016.

7.7. Papéis docente: coordenador do curso, formador, tutor e orientador

O curso de Formação Pedagógica de Docentes para Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo Câmpus São Paulo, é um curso institucionalizado, ou seja, sem vínculo a programas de contratações de bolsistas e, portanto, com toda a carga horária atribuída via Plano de Trabalho Individual (PIT), conforme a Resolução nº 109 de 2015 do IFSP, com o professor podendo vincular sua carga semanal de trabalho a regências, desenvolvimento de material e atendimento aos alunos. Nesta perspectiva, não há no curso fragmentação da docência, podendo o professor atuar nos diferentes papéis abaixo indicados.

7.7.1. Coordenador de curso

Professor com regime de trabalho que prevê carga horária específica para coordenar o curso de modo a gerir as atividades dos professores mediadores tutores virtuais e presenciais, bem como dos professores formadores e orientadores de estágio, articulando as estratégias pedagógicas junto à Coordenadoria de EaD do câmpus, assessorando em ações de planejamento, organização, implementação,

acompanhamento, avaliação, produção de materiais, plano de ensino e guias didáticos.

7.7.2. Professor formador

Professor licenciado, com experiência na mediação da aprendizagem em contextos mediados pela tecnologia, com domínio dos conteúdos e fluência tecnológica, preferencialmente com experiência na docência em EaD e com pós-graduação *stricto sensu na área de Educação*.

O professor formador é o professor especialista do componente curricular, responsável por elaborar plano de ensino e guia didático, elaborar/atualizar os materiais institucionais do curso como videoaulas, apostilas e objetos educacionais da área de especialidade, bem como conduzir o trabalho da equipe de professores tutores virtuais e presenciais referentes a esse componente curricular nos diferentes polos, dirimindo dúvidas e auxiliando na solução de problemas e desafios.

Durante o desenvolvimento do componente curricular, cabe ao professor formador articular os diversos recursos tecnológicos do AVEA para gerar a interação necessária à construção de conhecimentos dos licenciandos. Também é função do formador orientar e criar os mecanismos de avaliação.

Após o desenvolvimento do componente curricular, o professor formador é responsável pela reelaboração dos materiais nele desenvolvidos, de forma a reforçar aspectos percebidos como frágeis ou carentes de aperfeiçoamento.

Neste curso é previsto um professor formador para cada componente curricular, necessariamente lotado no Câmpus São Paulo, o qual trabalhará em paralelo com os professores tutores virtuais, sendo este o motivo da previsão na estrutura curricular de um mínimo de dois professores por componente nas atribuições de aulas relativas ao câmpus proponente do curso.

7.7.3. Professor tutor virtual

Professor licenciado, com experiência na mediação da aprendizagem em contextos mediados pela tecnologia, com domínio dos conteúdos e fluência tecnológica, preferencialmente com experiência na docência em EaD e com pós-graduação *stricto sensu* na área da Educação, responsável pela condução do componente curricular, mediando as dúvidas e participação dos discentes nas respectivas atividades online e presenciais, bem como corrigindo e registrando seus resultados.

Espera-se também desse profissional uma articulação com os demais professores, seja para o bom desenvolvimento de atividades síncronas ou presenciais, seja para indicar ao coordenador de curso e ao professor formador ajustes ou sugestões sobre o material institucional do curso ou ainda na participação em reuniões de professores via webconferências, bem como em capacitações desenvolvidas no Câmpus São Paulo. Assim também, há que se relacionar sempre que necessário com a equipe de suporte do AVEA e do sistema administrativo.

Embora o estabelecido para este curso é contar com o máximo de 50 estudantes para cada professor tutor virtual (número que poderá ser reduzido de acordo com o tipo de atividade que será desenvolvida), dependendo de sua formação e conhecimento, tais professores poderão ministrar aulas para mais de uma turma, tendo em vista a regulamentação estabelecida pela Resolução nº 109 de 2015 do IFSP, que regula as atribuições de atividades docentes no IFSP.

Em vista da necessidade de que esse profissional seja o responsável por mediar e avaliar não apenas as atividades online, mas também as aulas e atividades presenciais do componente curricular que lhe foi atribuído no câmpus proponente do curso ou nos polos de apoio presenciais, é importante registrar que ele deva estar preferencialmente lotado no respectivo câmpus do IFSP.

7.7.4. Professor tutor presencial

Professor licenciado, lotado em seu polo de atuação, com experiência na mediação da aprendizagem em contextos mediados pela tecnologia, com domínio dos conteúdos e fluência tecnológica, preferencialmente com experiência na docência em EaD e com pós-graduação *stricto sensu* na área da Educação, responsável pelo apoio logístico às atividades presenciais realizadas em seu polo, bem como pela orientação de estudos e auxílio presencial em geral aos licenciandos de seu polo, por meio do plantão semanal de atendimento, normalmente aos sábados, totalizando uma carga horária semanal de quatro horas.

No curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo câmpus São Paulo está estabelecido o número máximo de 50 estudantes para cada tutor sendo que este número poderá ser reduzido de acordo com o tipo de atividade que será desenvolvida.

7.7.5. Professor orientador de estágio

Professor licenciado, preferencialmente com pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação, com a responsabilidade de orientar e acompanhar os estudantes durante todo o processo de estágio dos alunos, usando as ferramentas do ambiente virtual, bem como realizando atendimentos presenciais.

7.8. Coordenação de Polo

Dentre os servidores que atuam nas atividades de EaD está o coordenador do polo de apoio presencial, tendo como responsabilidade o bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos que se desenvolvem na unidade. Este

coordenador necessita conhecer os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos em sua unidade, atentando para os calendários, especialmente no que se refere às atividades de tutoria presencial, zelando para que os equipamentos a serem utilizados estejam disponíveis e em condições de perfeito uso, enfim prezar para que toda a infraestrutura esteja preparada para a viabilização das atividades. Outra importante atribuição do coordenador do polo é a supervisão do trabalho desenvolvido na secretaria da unidade, providenciando para que o registro dos alunos e todas as demais ocorrências, tais como notas, disciplinas ou módulos cursados, frequências, transferências, sejam feitas de forma organizada e em tempo hábil. Portanto, para o exercício de suas funções, o coordenador do polo deve possuir prévia experiência acadêmica e administrativa e deve ser graduado, preferencialmente com pós-graduação *stricto sensu* na área de Educação.

7.9. Equipe multidisciplinar

O presente curso conta com suporte técnico multidisciplinar da equipe da CED, conforme relacionado no item 15.5 e mencionado no histórico da EAD no câmpus São Paulo, composto por técnicos administrativos, técnico em informática, técnico audiovisual, pedagogos e professor coordenador com significativa experiência no desenho instrucional e na gestão e administração do ambiente virtual, que atuam, a partir de um plano de ação e processos de trabalho formalizados, em conjunto no atendimento às demandas docentes e discentes no curso. Tal atendimento ocorre tanto online quanto presencialmente no espaço físico do setor, atualmente localizado em um conjunto de salas do Bloco C1 do Câmpus. Cabe à CED a concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e recursos educacionais desenvolvidos para a EaD no Câmpus São Paulo.

É nesse contexto que, em conjunto com a Coordenação do Curso e com a equipe da Diretoria de Formação e Educação a Distância (DEFOR), a CED atua na gestão, administração e manutenção do ambiente virtual, validação dos materiais

didáticos e dos recursos educacionais digitais elaborados para o curso que possam garantir a interação e a interatividade entre os sujeitos do processo educativo e supervisão do trabalho de tutoria.

Vale também destacar que, como parte da política de capacitação permanente do corpo docente indicada no histórico da EaD no Câmpus São Paulo (item 1.6.1), a CED atua na capacitação dos profissionais diretamente envolvidos no curso (especialmente do coordenador e dos professores tutores virtuais e presenciais), seja via cursos de curta duração, geralmente oferecidos no início ou término do semestre letivo, seja no apoio continuado ao uso didático pedagógico das ferramentas disponibilizadas no *Moodle Câmpus*. Assim também, assessorada pela DEFOR, a CED promove capacitações para elaboração de roteiros e gravações de videoaulas no estúdio audiovisual localizado em suas dependências.

8. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do processo de aprendizagem dos estudantes do presente curso, conforme indicado na LDB – Lei 9394/96 e previsto na “Organização Didática” do IFSP é considerada contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. É construída com base nos referenciais de qualidade em cursos na modalidade a distância do MEC, norteadas pela concepção formativa, processual e contínua.

Assim, a avaliação ocorre durante toda a disciplina. Busca-se inicialmente, por meio das atividades da primeira semana de cada componente realizar uma avaliação diagnóstica, instrumento esse que orienta o trabalho do professor bem como proporciona ao próprio estudante comprometer-se com seu desenvolvimento intelectual e autonomia em seus estudos.

Ao longo do desenvolvimento da disciplina, são utilizados diferentes instrumentos e recursos, a critério de escolha do docente, tais como:

- participação em fóruns e chats (frequência, quantidade e qualidade das respostas)
- avaliação por pares
- construção de glossários
- questionários (online e interativos ou respondidos presencialmente)
- elaboração de textos (online, vinculado a tarefas de envio de arquivo ou construído presencialmente)
- elaboração de vídeos
- sínteses de discussões em grupos
- seminários
- avaliações finais presenciais

Seja qual for o conjunto das atividades proporcionadas aos discentes, serão no mínimo dois instrumentos de avaliação de cada componente curricular e suas especificidades avaliativas se encontram registradas nos planos de ensino.

Vale observar que os instrumentos de avaliação *online*, desenvolvidos semanalmente ao longo dos componentes curriculares, comporão 49% da nota final do estudante, com os 51% restantes correspondendo às avaliações realizadas *in loco* ao longo dos encontros presenciais.

Embora a composição dos itens avaliativos fique a critério do formador, em comum acordo com o Coordenador do Curso, objetiva-se uma integração entre formadores e tutores de modo que, especialmente no que se refere às atividades desenvolvidas nos encontros presenciais, existam discussões prévias à aplicação das atividades visando discussões tanto sobre as atividades em si, como também sobre os critérios de avaliação a serem utilizados pelos tutores.

Nas reuniões pedagógicas realizadas todos os meses, coordenador, professores formadores, professores tutores e pedagoga da equipe multidisciplinar discutem sobre os instrumentos de avaliação utilizados e se houve efetivo aprendizado dos licenciandos com essas práticas avaliativas. Esse procedimento é

sistematicamente adotado para gerar mecanismos de ações concretas que garantam melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

Todo esse processo de avaliação da aprendizagem propicia ao estudante desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes para lidar com as demandas complexas do cotidiano escolar.

Os critérios de aprovação nos componentes curriculares, envolvendo simultaneamente frequência e avaliação, para os cursos da Educação Superior de regime semestral, são a obtenção, no componente curricular, de nota semestral igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades.

Aos alunos que não alcançarem a pontuação mínima exigida para a conclusão do componente será dada nova chance de avaliação através do Instrumento Final de Avaliação, desde que obtenha, nota semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades no componente curricular em questão.

Para aprovação do estudante que realiza Instrumento Final de Avaliação, deverá obter a nota mínima 6,0 (seis) neste instrumento. A nota final considerada, para registros escolares, será a maior entre a nota semestral e a nota do Instrumento Final.

9. ATIVIDADES DE PESQUISA

De acordo com o Inciso VIII do Art. 6 da Lei No 11.892/2008, o IFSP possui dentre suas finalidades, a realização e o estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico. São seus princípios norteadores, conforme seu Estatuto: (I) compromisso com a justiça social, a equidade, a cidadania, a ética, a preservação do meio ambiente, a transparência e a gestão democrática; (II) verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; (III) eficácia nas respostas de

formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; (IV) inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; (V) natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

No IFSP, as atividades de pesquisa são conduzidas, em sua maior parte, por meio de grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nos quais pesquisadores e estudantes se organizam em torno de inúmeras linhas de investigação. O IFSP mantém continuamente a oferta de bolsas de iniciação científica e o fomento para participação em eventos acadêmicos, com a finalidade de estimular o engajamento estudantil em atividades dessa natureza.

Os docentes, por sua vez, desenvolvem seus projetos de pesquisa sob regulamentações responsáveis por estimular a investigação científica, defender o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, viabilizar a captação de recursos em agências de fomento, zelar pela qualidade das atividades de pesquisa, entre outros princípios.

Especificamente no que se refere ao câmpus São Paulo há, atualmente, mais de uma centena de projetos de pesquisa (voluntários ou vinculados a bolsas de iniciação científica e tecnológica), todos supervisionados pela Diretoria de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação.

Assim, nossos alunos têm oportunidade e são incentivados à participação em atividades de pesquisa durante todo o desenvolvimento do curso.

10. ATIVIDADES DE EXTENSÃO

A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre a comunidade acadêmica do IFSP e diversos atores sociais, contribuindo para o processo formativo do educando e para o desenvolvimento regional dos territórios nos quais os campus

se inserem. Indissociável ao Ensino e à Pesquisa, a Extensão configura-se como dimensão formativa que, por conseguinte, corrobora com a formação cidadã e integral dos estudantes.

Pautada na interdisciplinaridade, interprofissionalidade, protagonismo estudantil e envolvimento ativo da comunidade externa, a Extensão propicia um espaço privilegiado de vivências e de trocas de experiências e saberes, promovendo a reflexão crítica dos envolvidos e impulsionando o desenvolvimento socioeconômico, equitativo e sustentável.

As áreas temáticas da Extensão refletem seu caráter interdisciplinar, contemplando Comunicação, Cultura, Direitos humanos e justiça, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho. Assim, perpassam por diversas discussões que emergem na contemporaneidade como, por exemplo, a diversidade cultural. Por sua vez, as ações de extensão podem ser caracterizadas como programa, projeto, curso de extensão, evento e prestação de serviço, todas a serem desenvolvidas com a comunidade externa e participação, com protagonismo, de estudantes. Além das ações, a Extensão é responsável por atividades que dialogam com o mundo do trabalho como o estágio e o acompanhamento de egressos. Desse modo, a Extensão contribui para a democratização de debates e da produção de conhecimentos amplos e plurais no âmbito da educação profissional, pública e estatal.

Visando oportunizar aos alunos a participação ativa em ações nesse contexto, o câmpus São Paulo tem promovido palestras, debates, oficinas e semanas temáticas tais como: Debate sobre questões sustentáveis; Projeto “Ação de Coleta de material escolar e de escritório para envio à reciclagem; Introdução ao estudo de solos; Oficina - Atitude do Planeta, a questões que envolvam Educação, Cultura e Diversidade como os eventos: Juventude e Diversidade na Educação; III Sarau Arte Mundana: “Identidades Culturais”; I Semana Preta do Instituto Federal de São Paulo; Semana da Migração e Direitos Humanos; Oficina Hip Hop - “Desafio de Ativismo Social”; Café Filosófico “O genocídio da população Negra”; Oficina-Mulheres, lutas e histórias: primeiras conversas entre outras ações.

Tais atividades vêm se intensificando nos últimos anos, envolvendo a comunidade acadêmica e trazendo contribuições para a região territorial em que está localizado o câmpus.

Embora nossos alunos sejam da Educação a distância, são incentivados a participarem dessas atividades desenvolvidas na instituição juntamente com os alunos presenciais. As mesmas são devidamente divulgadas no site da instituição e nos encontros presenciais nos Polos de apoio.

11 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

De acordo com a Organização Didática dos Cursos Superiores de Graduação do IFSP (Resolução IFSP nº 147/2016), o estudante terá direito a requerer aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras instituições de ensino superior ou no próprio IFSP, desde que realizadas com êxito, dentro do mesmo nível de ensino. Estas instituições de ensino superior deverão ser credenciadas, e os cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser elaborado por ocasião da matrícula no curso, para alunos ingressantes no IFSP, ou no prazo estabelecido no Calendário Acadêmico, para os demais períodos letivos. O aluno não poderá solicitar aproveitamento de estudos para as dependências.

O estudante deverá encaminhar o pedido de aproveitamento de estudos, mediante formulário próprio, individualmente para cada uma das disciplinas, anexando os documentos necessários, de acordo com o estabelecido na Organização Didática do IFSP .

O aproveitamento de estudo será concedido quando o conteúdo e carga horária da(s) disciplina(s) analisada(s) equivaler(em) a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da disciplina para a qual foi solicitado o aproveitamento. Este aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras instituições não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) da carga horária do curso.

Por outro lado, de acordo com a indicação do parágrafo 2º do Art. 47º da LDB (Lei 9394/96), “os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino”. Assim, prevê-se o aproveitamento de conhecimentos e experiências que os estudantes já adquiriram, que poderão ser comprovados formalmente ou avaliados pela Instituição, com análise da correspondência entre estes conhecimentos e os componentes curriculares do curso, em processo próprio, com procedimentos de avaliação das competências anteriormente desenvolvidas.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo por meio da Instrução Normativa nº 001, de 15 de agosto de 2013 institui orientações sobre o Extraordinário Aproveitamento de Estudos para os estudantes.

12. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente tem como objetivo principal fornecer o acompanhamento e os instrumentais necessários para o aluno iniciar e prosseguir seus estudos, contribuindo assim para a permanência e êxito dos mesmos no processo educacional. De acordo com a LDB (Lei 9394/96, Art. 47, parágrafo 1º), a instituição (no nosso caso, o *campus*) disponibiliza aos alunos as informações dos cursos: seus programas e componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação. Da mesma forma, é de responsabilidade do *campus* a divulgação de todas as informações acadêmicas do estudante, a serem disponibilizadas na forma impressa ou virtual (Portaria Normativa nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23/2010), o que proporciona ao nosso aluno segurança e acompanhamento de seu desenvolvimento educacional.

Ao longo de todo o curso são desenvolvidas ações voltadas à permanência e êxito do estudante como o acompanhamento e apoio efetivo através do Moodle pelos tutores a distância de cada disciplina, bem como atividades desenvolvidas de maneira mais ampla como a caracterização e constituição do perfil do corpo discente, orientações para o estabelecimento de hábitos de estudo, programas de apoio extraclasse e orientação psicopedagógica, atividades propedêuticas (“nivelamento”) e propostas extracurriculares, estímulo à permanência e contenção da evasão, apoio à organização estudantil e promoção da interação e convivência harmônica nos espaços acadêmicos, dentre outras.

A caracterização do perfil do corpo discente é considerada um importante subsídio na construção de estratégias de atuação dos docentes em suas disciplinas, pois respeita e valoriza as especificidades do grupo e assim possibilita a proposição de metodologias mais adequadas à turma.

Os profissionais que lecionam no curso, ao identificar estudantes que possuam dificuldades de acompanhar as atividades propostas, estarão disponíveis para conversar com esses discentes sobre os possíveis problemas e procurar soluções para resolvê-los. Nesse sentido, o próprio ambiente virtual de aprendizagem utilizado nesse curso, possui abas específicas para que os tutores possam se comunicar constantemente com os alunos durante todo o seu processo educativo.

Outra ação que será constantemente desenvolvida é a indicação de possíveis, Seminários, Congressos e Encontros (nacionais ou internacionais) que se relacionem com a educação profissional de nível médio, estimulando que os discentes participem dessas atividades, com bolsas de estudo disponibilizadas pelo próprio Instituto Federal por meio de editais específicos.

O estudante também conta com apoio psicológico, social e pedagógico ao discente, o qual ocorre por meio do atendimento individual e coletivo, efetivado pelo Serviço Sociopedagógico: equipe multidisciplinar composta por pedagogo, assistente social, psicólogo e técnico em assuntos educacionais, que atua também nos projetos de contenção de evasão, na Assistência Estudantil e NAPNEE (Núcleo de

Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), numa perspectiva dinâmica e integradora. Dentre outras ações, o Serviço Sociopedagógico é responsável pelo acompanhamento permanente do estudante, a partir de questionários sobre os dados dos alunos e sua realidade, dos registros de frequência e rendimentos / nota, além de outros elementos. A partir disso, o Serviço Sociopedagógico propõe intervenções e acompanha os resultados, fazendo os devidos encaminhamentos sempre que necessário.

Ainda, o fato da organização do curso contemplar encontros presenciais a cada três semanas entre discentes e docentes, proporciona uma interação efetiva no apoio ao estudante possibilitando a intermediação, acompanhamento e incentivo à participação dos alunos no estágio supervisionado e desenvolvimento de pesquisas.

13. AÇÕES INCLUSIVAS

O compromisso do IFSP com as ações inclusivas está assegurado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018). Nesse documento estão descritas as metas para garantir o acesso, a permanência e o êxito de estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

O IFSP visa efetivar a Educação Inclusiva como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes com necessidades específicas. Dentre seus objetivos, o IFSP busca promover a cultura da educação para a convivência, a prática democrática, o respeito à diversidade, a promoção da acessibilidade arquitetônica, bem como a eliminação das barreiras educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos por meio da educação. Considera também fundamental a implantação e o acompanhamento das políticas públicas para garantir a igualdade de oportunidades educacionais, bem como o ingresso, a permanência e o êxito de estudantes com necessidades educacionais específicas, incluindo o público-alvo da educação especial: pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

superdotação - considerando a legislação vigente (Constituição Federal/1988, art. 205, 206 e 208; Lei nº 9.394/1996 - LDB; Lei nº 13.146/2015 - LBI; Lei nº 12.764/2012 - Transtorno do Espectro Autista; Decreto 3298/1999 - Política para Integração - Alterado pelo Decreto nº 5.296/2004 - Atendimento Prioritário e Acessibilidade; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.611/2011 - Educação Especial; Lei 10.098/2000 - Acessibilidade, NBR ABNT 9050 de 2015, Portaria MEC nº 3.284/2003- Acessibilidade nos processos de reconhecimento de curso).

Nesse sentido, no Câmpus São Paulo, sede, e nos Polos Presenciais, pela atuação da equipe do Núcleo de Apoio às Pessoas com necessidades específicas (NAPNE - Resolução IFSP nº137/2014) em conjunto com equipe da Coordenadoria Sociopedagógica (CSP- Resolução nº138/2014) e docentes, buscar-se-á o desenvolvimento de ações inclusivas, incluindo a construção de currículos, objetivos, conteúdos e metodologias que sejam adequados às condições de aprendizagem do(a) estudante.

Além disso, tendo como base o software *moodle*, o ambiente virtual utilizado no curso incorpora os padrões de acessibilidade recomendados pela W3C (*World Wide Web Consortium*), tais como a WCAG 2.0 (*Web Content Accessibility Guidelines*), a ATAG 2.0 (*Authoring Tool Accessibility Guidelines*) e a ARIA 1.0 (*Accessible Rich Internet Applications*) facilitando, por exemplo, o uso de softwares de leitura de tela por parte de deficientes visuais. Vale também observar que o ambiente virtual conta com o *plugin moodle Accessibility* instalado, permitindo ao usuário escolher configurações próprias de contraste, esquemas de cores e tamanhos de letras em todos os espaços virtuais do curso. Assim também, orienta-se aos professores formadores a preferência pela disponibilização de legendas nos vídeos a serem indicados aos discentes, sendo ainda relevante destacar a padronização no *layout* dos espaços virtuais das disciplinas, com conteúdos organizados por abas semanais, tarjas indicadoras dos diversos tipos de material (por exemplo, Para ler, Para fazer e Para assistir) e a presença de diversos recursos facilitadores da navegação para itens de grande relevância, como notas, fóruns, mensagens e tarefas.

14. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso de Formação Pedagógica configura-se como uma prática investigativa do processo educacional que, por meio de observação criteriosa, seguida de análise e reflexão crítica sobre a realidade praticada, visa à identificação de áreas frágeis e carentes de aperfeiçoamento, traduzindo-se num diagnóstico amplo para que as necessidades e prioridades percebidas fiquem claras e gerem propostas de ação nas próximas ofertas, tanto de disciplinas como do curso em si. É um processo contínuo e sistemático visando ao permanente aperfeiçoamento da instituição e de seus cursos. Destaca-se, portanto, que a avaliação objetiva:

- Diagnosticar os pontos fracos e fortes do curso para assegurar a qualidade dos serviços educacionais prestados, no âmbito do ensino e da gestão;
- Criar a cultura da avaliação como parte da rotina da instituição e do curso;
- Contribuir para a reelaboração do projeto pedagógico do curso;
- Contribuir para a reelaboração das disciplinas e seu gerenciamento.

Ela poderá ser feita considerando diferentes dimensões a serem definidas pelos gestores. Algumas dimensões que poderão ser observadas são: suporte técnico do AVEA nos polos de apoio presencial, suporte presencial, suporte pedagógico, conteúdo programático, material didático, gerenciamento do processo ensino-aprendizagem, processo de avaliação, entre outros. O planejamento e a implementação do projeto do curso, assim como seu desenvolvimento, serão constantemente avaliados, objetivando analisar as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes, desde a adequação do currículo e a organização didático-pedagógica até as instalações físicas.

Busca-se com essa prática avaliativa atender aos seguintes princípios:

- Globalidade – compreende todas as atividades que envolvem o curso, ou seja, ensino e gestão;

- Participação – compreende a manifestação de toda a comunidade acadêmica envolvida no curso;
- Continuidade – compreende ações constantes e ininterruptas de avaliação das atividades em todos os âmbitos do curso;
- Legalidade – tem como referência o acompanhamento permanente das decisões governamentais quanto à legislação sobre Avaliação Institucional e de cursos.

É assegurada a participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo, e outras possíveis representações.

Em termos de instrumentos, a avaliação poderá ser composta por diversos deles, tais como entrevistas e questionários, merecendo especial destaque o uso de ferramentas online que permitem a disponibilização de questionários com respostas anônimas. A autoavaliação também é um importante instrumento a ser utilizado no processo.

Quanto ao procedimento, a avaliação interna será constante ao longo do curso, com momentos específicos para discussão, contemplando a análise global e integrada das diferentes dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e finalidades da instituição e do respectivo curso em questão. Para isso, conta-se também com a atuação, especificamente, da CPA (Comissão Própria de Avaliação) do Câmpus, com atuação autônoma e atribuições de conduzir os processos de avaliação internos da instituição, bem como de sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Além disso, serão consideradas as avaliações externas e os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

O resultado dessas avaliações periódicas apontará a adequação e eficácia do projeto do curso e para que se preveja as ações acadêmico-administrativas necessárias, a serem implementadas.

14.1. Gestão do Curso

A gestão do curso tem concepção democrática e participativa a partir do trabalho da coordenação, ou seja, coordenador e equipe, o qual estará em conformidade com um plano de atividades elaborado em conjunto com todos os envolvidos no desenvolvimento do curso.

Tal plano compreende planejamento, organização, direção e controle de desenvolvimento por meio da elaboração de estratégias, definições de objetivos e execução dos planos de coordenação de atividade, além de resolução de conflitos e dificuldades com relação ao plano.

Como subsídio ao desenvolvimento desse trabalho serão gerados relatórios e outros instrumentos de coleta de informação, qualitativas e quantitativas, que subsidiarão os processos de autoavaliação que, por sua vez, irão gerar insumos para a constante atualização do modo como se desenvolvem os processos de ensino-aprendizagem e de gestão acadêmica do curso. Como consequência, vislumbra-se uma sistemática que justificará a periódica e bem fundamentada revisão e atualização dos projetos de curso.

A coordenação do curso prevê reuniões regulares com a equipe do curso de modo a discutir sobre o andamento do curso e novas demandas em função de seu desenvolvimento.

15. EQUIPE DE TRABALHO

15.1. Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua avaliação e atualização

do Projeto Pedagógico do Curso, conforme a Resolução CONAES N° 01, de 17 de junho de 2010. A constituição, as atribuições, o funcionamento e outras disposições são normatizados pela Resolução IFSP n°79, de 06 de setembro de 2016.

Sendo assim, o NDE do presente curso conforme a Portaria de nomeação n° SPO.247, de 08 de agosto de 2017 está assim constituído:

Nome do professor	Titulação	Regime de Trabalho
Carlos Vinicius Veneziani dos Santos	Doutor	Dedicação Exclusiva
Daniel Teixeira Maldonado	Doutor	Dedicação Exclusiva
Dariane Raifur Rossi	Doutora	Dedicação Exclusiva
Mayra Pinto	Doutora	Dedicação Exclusiva
Osvaldo Canato Júnior	Doutor	Dedicação Exclusiva
Thiago Antunes	Mestre	Dedicação Exclusiva

15.2. Coordenador do Curso

As Coordenadorias de Cursos e Áreas são responsáveis por executar atividades relacionadas com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, nas respectivas áreas e cursos. Algumas de suas atribuições constam da “Organização Didática” do IFSP.

A coordenação do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo câmpus São Paulo, será realizada por:

Nome: Daniel Teixeira Maldonado

Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Titulação: Doutor em Educação Física

Tempo de vínculo com a Instituição: 3 anos.

Experiência docente e profissional: Bacharel e Licenciado em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu. Especialista em Educação Física Escolar e em Pedagogia dos Esportes pela Universidade Gama Filho. Mestre e Doutor em Educação Física pela Universidade São Judas Tadeu. Atuou como professor efetivo na Secretaria Estadual de Educação (2010-13), na Secretaria Municipal de Educação (2010-15) e no Centro Paula Souza (2014-15), tendo experiências em todos os ciclos de escolarização, no Ensino Técnico em Organização Esportiva e na Secretaria Municipal de Educação na organização curricular da rede. Participou nos últimos dois anos do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Física, Escola e Currículo, publicou diversos artigos, capítulos de livro e livros que discutem sobre o currículo em ação nas aulas de Educação Física e a formação de professores desse componente curricular. É um dos editores da Revista Brasileira de Educação Física Escolar e parecerista em diversas revistas da Educação e da Educação Física. Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo lecionando no Ensino Médio e no Ensino Superior.

15.3. Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP, responsável pela discussão das políticas acadêmicas e de sua gestão no projeto pedagógico do curso. É formado por professores, estudantes e técnicos-administrativos.

Para garantir a representatividade dos segmentos, é composto pelos seguintes membros:

- I. Coordenador de Curso que será o presidente do Colegiado.
- II. 6 (seis) docentes que ministram aulas no curso.
- III. 2 (dois) discentes matriculados no curso.
- IV. 1 (um) técnico em assuntos educacionais ou pedagogo

As competências e atribuições do Colegiado de Curso, assim como sua natureza e composição e seu funcionamento estão apresentadas na INSTRUÇÃO NORMATIVA nº02/PRE, de 26 de março de 2010.

De acordo com esta normativa, a periodicidade das reuniões é, ordinariamente, duas vezes por semestre, e extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado pelo seu Presidente, por iniciativa ou requerimento de, no mínimo, um terço de seus membros.

Os registros das reuniões são todos lavrados em atas, colocadas para aprovação na sessão seguinte e arquivadas na Coordenação do Curso.

As decisões do Colegiado do Curso são encaminhadas pelo coordenador ou demais envolvidos no processo, de acordo com sua especificidade.

15.4. Corpo Docente

Nome do Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Daniel Teixeira Maldonado	Doutor em Educação Física	RDE
Dariane Raifur Rossi	Doutora em Geografia	RDE
Edvania Ferreira Gomes	Especialista em Tecnologia Assistiva	RDE
Elias Paulino da Cunha Júnior	Mestre em Educação	40 horas
Fernanda Cristina de Souza	Mestre em Educação	RDE
Guilherme Nakashato	Doutor em Artes	RDE
José Otavio Baldinato	Doutor em Ensino de Ciências	RDE
Karla Paulino Tonus	Doutora em Educação	RDE
Kelly Mendes Lima	Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa	RDE
Marcio Vinicius Corralo	Doutor em Ensino de Ciências (Área de concentração: Física)	RDE
Marina da Silva Margiotti Machado	Mestre em Educação	
Mayra Pinto	Doutora em Educação	RDE
Oswaldo Canato Júnior	Doutor em Ensino de Ciências (Área de concentração: Física)	RDE
Thiago Antunes	Mestre em Ciências Sociais	RDE

15.5. Coordenação de Educação a Distância (CED)

Nome do Servidor	Cargo/Função	Descrição
Ana Paula Barbosa	Pedagoga	Pedagoga, tendo por principal função prestar apoio didático pedagógico aos docentes (formadores e tutores) quanto ao uso das ferramentas disponibilizadas no Moodle Câmpus, bem como participar do processo de validação dos materiais didáticos utilizados no curso.
José Geraldo Basante	Coordenador de polo	Contador, doutor em Educação com ênfase em Currículo e com experiência administrativa e acadêmica, tendo como principal atribuição o zelo para com o bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos relativos à Educação a Distância que se desenvolvem na unidade.
Josiane Acácia de Oliveira Marques	Coordenadora de suporte a EAD	Pedagoga, Mestre em Ciências (Educação e Saúde na Infância e na Adolescência), Doutora em Educação, Arte e História da Cultura, tendo por principal atribuição prestar suporte às ações desenvolvidas pelo coordenador de educação a distância, especialmente às relacionadas ao apoio didático pedagógico aos usuários do Moodle Câmpus, bem como participar do processo de validação dos materiais didáticos utilizados no curso.
Marisange Blank Zamprogno	Pedagoga	Pedagoga, Mestre em Educação, especialista nas áreas de Educação Especial, Educação Profissional Tecnológica e EAD, tendo por principal função prestar suporte às ações desenvolvidas pelo coordenador de educação a distância, especialmente às relacionadas ao apoio pedagógico no curso de formação pedagógica no que diz respeito às orientações aos docentes e atendimento às especificidades dos discentes, bem como participar do processo de validação dos materiais didáticos utilizados no curso.

<p>Marco Aurélio A. dos Santos</p>	<p>Técnico em Audiovisual</p>	<p>Bacharel em Engenharia de Controle e Automação, especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho e Mestre em Gestão e Práticas Educacionais. Tem como principal atribuição a assistência às videoaulas realizadas em ambiente audiovisual da Coordenadoria de Educação a Distância, colaborando na produção de materiais didáticos de ensino, pesquisa e extensão que necessitem de recursos audiovisuais.</p>
<p>Oswaldo Canato Júnior</p>	<p>Coordenador de Educação a Distância</p>	<p>Professor licenciado em Física, Doutor em Ensino de Ciências (Área de concentração: Ensino de Física), tendo por principal atribuição coordenar a equipe de servidores lotada na CED, responsável pela administração, gestão e desenho instrucional do ambiente virtual utilizado no curso, bem como pelo suporte técnico, didático e pedagógico ao uso desse ambiente por seus usuários, além de articular junto ao pessoal de TI as condições de bom funcionamento de todo o parque tecnológico necessário para o pleno desenvolvimento do curso.</p>
<p>Simone Vitoria Ribas da Silva</p>	<p>Assistente em administração</p>	<p>Graduada em Comunicação Social, mestre em Políticas Sociais, tendo como principal atribuição o atendimento ao público em geral, externo e interno ao IFSP, no que se refere às ações desenvolvidas pela CED.</p>
<p>Vitor Batalini Gennari</p>	<p>Técnico de Laboratório</p>	<p>Graduado em em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tendo por principal atribuição zelar pelo bom funcionamento da máquina virtual em que o ambiente <i>Moodle Câmpus</i> se hospeda, realizando periódicas rotinas de backup, atualizações de softwares (linux, apache, moodle e seus plugins, servidor de email, etc.), além de articular junto ao pessoal de TI do Câmpus o gerenciamento do hardware que dá suporte físico à referida máquina virtual.</p>

15.6. Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação (DTI)

Nome do Servidor	Cargo/Função	Setor
Alessandro Rossi Lopes	Programador visual	DTI-SPO
Fabio Henrique Kretschmar	Analista de tec da informacao	DTI-SPO
Michel Santos Queiroz	Diretor Adjunto e Técnico de laboratório	DTI-SPO
Celmar De Freitas Da Silva	Coordenador e Analista de tecnologia da informação	CTI-SPO
Leonardo Nakagima Iwai De Freitas	Técnico de tecnologia da informação.	CTI-SPO
Darcio Arantes Teofilo	Técnico de tecnologia da informação	CGR-SPO
Jose Carlos De Castro	Técnico em assuntos educacionais	CGR-SPO
Rafael Ribas Logo	Coordenador e técnico de tecnologia da informação	CGR-SPO
Bartira Kio Kamiya	Técnico de tecnologia da informação	CSI-SPO
Marcos De Lima Carlos	Assistente em Administração	CSI-SPO
Saulo Scarpina	Coordenador e técnico de tecnologia da informação	CSI-SPO

15.7. Corpo Técnico Administrativo e Pedagógico

Nome do Servidor	Cargo/Função	Setor
Adriana Teruya	Assistente em Administração	CRS-SPO
Airae Soares De Souza	Assistente em Administração	CRS-SPO
Amanda Nazare Pereira De Lima Silva	Auxiliar em administracao	CAE-SPO
Anderson Do Bomfim Gonzaga	Assistente em Administração	CRS-SPO

Andrea de Andrade	Administradora	CRS-SPO
Andreia Aparecida Catadori Rodrigues Castilho	Pedagogo	CTP-SPO
Andres Veiras Candal	Assistente em Administração	CRS-SPO
Antonio Goncalves Pedroso	Diretor Adjunto e Pedagogo	DAE-SPO
Carmen Monteiro Fernandes	Pedagoga	CTP-SPO
Daiane Michele Silva	Assistente Social	DSP-SPO
Daniel Silva dos Santos	Diretor Adjunto e Psicólogo	DSP-SPO
Edmundo Fernandes Souza Filho	Psicólogo	DSP-SPO
Elissa Fontes Soares Lopes	Pedagogo	CTP-SPO
Elizabeth Gouveia da Silva Vanni	Coordenador e Pedagogo	CTP-SPO
Fernanda Maurer Balthazar	Psicólogo	DSP-SPO
Gabriela Ramos Gallicchio	Coordenador e Auxiliar em administracao	CRS-SPO
Herivelton Martinelli dos Santos	Assistente Social	DSP-SPO
Josilania Alves Fernandes	Assistente em Administração	CRS-SPO
Kelly Aparecida Duarte Torquato	Assistente em Administração	CTP-SPO
Leni Helen Vieri Piacuzzi	Pedagogo	DSP-SPO
Lilian Martins de Lima	Técnico em Assuntos Educacionais	DSP-SPO
Maria Conceição Borges Dantas	Assistente Social	DSP-SPO
Maria De Lourdes Rodrigues Da Silva Katayama	Assistente em Administração	CAE-SPO
Mario Luiz Gusson Martins	Coordenador e Assistente em Administração	CAE-SPO
Nathane Rocha Araújo	Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais	DSP-SPO
Priscilla Antunes Ferreira Soares	Psicólogo	DSP-SPO
Rafael Lopes Soares	Auxiliar em Administração	CRS-SPO
Raissa de Oliveira Chappaz	Pedagogo	DSP-SPO
Renata de Freitas Conceição	Assistente em Administração	DSP-SPO
Rosana Oliveira Da Silva	Assistente em Administração	DAE-SPO
Rubens Cieri Junior	Técnico em Assuntos Educacionais	DAE-SPO
Tathiane Cecilia Enéas de Arruda	Pedagogo	DAE-SPO
Tatiane Guimaraes de Oliveira Ribeiro	Técnico em Assuntos Educacionais	DSP-SPO
Thais Surian	Pedagogo	DSP-SPO

Viviane Viola Augusto	Técnico em Assuntos Educaçãois	DSP-SPO
-----------------------	-----------------------------------	---------

16. BIBLIOTECA

O Câmpus SP disponibiliza à comunidade escolar a Biblioteca Francisco Montojos, aberta de segunda a sexta das 8h às 20h e aos sábados das 8h às 12h, com acervo de mais de 35.000 livros e 3500 periódicos, estando integrada ao Sistema Integrado de Bibliotecas Pergamum e com terminais de consulta locais disponíveis a docentes e discentes, além do acesso digital via web (<http://pergamum.biblioteca.ifsp.edu.br/>) e do oferecimento do “tutorial básico Pergamum”³.

Vale também destacar a disponibilização pelo IFSP, via link contido no SUAP, a seus docentes, discentes e servidores administrativos, da Biblioteca Virtual Universitária Pearson (Instrução Normativa PRE/IFSP nº002/2017), vinculada a milhares de títulos, acesso *online* gratuito e ilimitado, aplicativo para smartphones, permitindo baixar capítulos para leitura *offline*, impressão paga de até 50% da obra com valores de fotocópia e modo de acessibilidade para deficientes visuais⁴.

Outro importante recurso disponível a docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos é o acesso desde suas residências ao Portal de Periódicos organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional, acesso esse tornado possível pela integração do IFSP à Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

³ BIBLIOTECA FRANCISCO MONTOJOS. **Tutorial Básico Pergamum**. IFSP, 2017. Disponível em: https://spo.ifsp.edu.br/images/phocadownload/DOCUMENTOS_MENU_LATERAL_FIXO/ENSINO/BIBLIOTECA/Tutorial_B%C3%AAsico_Pergamum_-_AGO-17.pdf>. Acesso em 21 out.2017.

⁴ Informações extraídas do vídeo Biblioteca Virtual 3.0 disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jFmGYyMwXh4>>. Acesso em 21/out.2017

17. INFRAESTRUTURA

17.1 Câmpus São Paulo

O câmpus São Paulo tem uma área de 34.883 m² construída em uma área total de 57.448 m². Ao todo são 59 salas de aula, 6 auditórios, 5 salas de projeção, 21 laboratórios de informática integrados com rede de internet, 7 salas de desenho, 10 Laboratórios de Física, Química e Biologia e outros laboratórios. Tem pista de atletismo, quadras poliesportivas e campo de futebol.

Há no câmpus serviços: médico, odontológico, refeitório, cantina, reprografia e biblioteca.

17.1.1 Infraestrutura Física

Local	Quantidade Atual	Área (m ²)
Auditório	2	180 e 100 m ²
Biblioteca	1	544 m ²
Laboratórios de Informática	21	Cerca de 49 m ²
Salas de aula	59	Cerca de 49 m ²
Salas de Coordenação	7	Cerca de 49 m ²
Salas de Docentes	14	Cerca de 49 m ²
Auditório	2	180 e 100 m ²

17.1.1.1 Sala da Coordenadoria de Educação a Distância

Espaço com 79,41 m², 43,46 m² dos quais correspondentes a uma sala de atendimento e outra de reuniões e outros 35,95 m² a um estúdio para gravação de videoaulas e anexada sala de apoio, contando com 9 computadores com acesso a internet, 3 notebooks, impressora, scanner, dois projetores multimídia portáteis, equipamentos para gravação e edição de videoaulas (Chroma Key, refletores, teleprompter, câmara, microfone de lapela, computadores para captura e edição de imagens), além de armários e mesa de reunião, em que se desenvolvem as ações da Coordenadoria de Educação a Distância (CED) do Câmpus SP, bem como os encontros entre docentes formadores e docentes tutores lotados nesse Câmpus.

17.1.1.2 Salas de coordenação, de professores e para encontros presenciais

Embora no Câmpus São Paulo existam dezenas de salas de aula, com boa parte delas estando à disposição do curso para os encontros presenciais de sábado, a sala 309, do Departamento de Humanidades (DHU) é especialmente reservada para tais encontros. Além desse espaço, o DHU compartilha com o curso a sala 301, sala dos professores, contando com 6 computadores, 4 mesas para computadores, 8 cadeiras, 1 impressora, 1 aparelho de scanner, 7 armários e 1 mesa para reunião, e a sala 306-A, de coordenação, contando com 2 computadores, 3 notebooks, 2 mesas, 1 mesa para reunião e 1 armário.

17.1.2 Acessibilidade

O Câmpus São Paulo possui 6 (seis) banheiros adaptados para pessoas com deficiência, 5 (cinco) rampas de acesso ao piso inferior e 3 (três) rampas de acesso ao piso superior. Com relação a acessibilidade na promoção da aprendizagem, o Câmpus conta um (1) Tradutor-intérprete de LIBRAS/Língua Portuguesa e 13 (treze) equipamentos de Tecnologia Assistiva para alunos cegos ou com baixa visão: 2 lupas eletrônicas, 3 teclados para Braille, 2 scanners com voz, 2 ampliadores eletrônicos, 2 mesas táteis, 1 impressora em Braille e 1 máquina fusora

para impressão tátil. Além disso, a equipe do NAPNE busca, junto aos docentes, ferramentas que garantam a promoção do aluno com necessidade específica na Instituição, eliminando barreiras arquitetônicas, comportamentais e de ensino-aprendizagem.

17.1.3 Laboratórios de Informática

O IFSP (câmpus São Paulo) dispõe de salas de informática de apoio para os alunos, com acesso à internet e com auxílio de monitores. Para as aulas que envolvam uso de computadores, o câmpus dispõe de dezesseis Laboratórios de Informática integrados em rede internet, 3 deles com prioridade de uso para o curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio (Modalidade a Distância) seja para uso em aulas presenciais, seja para orientações e acompanhamentos realizados pelo tutor presencial.

Em cada laboratório de informática utilizado, existem, em geral, 21 microcomputadores. Além disso, ao todo, os laboratórios de informática dispõem de 10 projetores Epson S5 e 2 retroprojetores Grafitec 4001. Há um total de 336 computadores, 5 Lousas Digitais, 3 Projetores que são utilizados exclusivamente nos laboratórios de informática e 29 Lousas digitais distribuídas entre as áreas do câmpus que podem ser utilizadas em laboratórios e salas de aulas.

Dentre os softwares disponíveis estão: *Audacity, Autocad 2002, Borland C++, Cisco Packet Tracer, Code Block, Dotfuscator, Eclipse, Evernote, Fluidsim, Foxit reader, Geogebra, Gimp, Google Earth, Hot Potatoes, Jcreator, Libre Office, Matlab, Modellus 4.01, Mysql, Netbeans, Notepad ++, Office 2013, Pacote Adobe, Phyton, Praat, Project 2013, Scilab, Silverlight, Sktchupmake, Skype, Software R, SQL Server, Textmaker, Textstudio, Tomcat, Tracker, Virtual Box, Visual Studio 2013, VLC Media Player, VMWare, Volo, Web Deploy, Winpcap, Winrar, Wireshark, Xampp.*

17.2 Polos de Apoio Presenciais

17.2.1 Araraquara

17.2.1.1 Infraestrutura Física - Polo Araraquara

O Câmpus Araraquara conta com dois edifícios administrativos com área de 438,25m² cada um. Um deles é destinado ao funcionamento da Biblioteca e da Secretaria e no outro funciona as atividades administrativas da Escola: Serviço Sócio Pedagógico, Coordenação de Pesquisa e Inovação, Coordenação de Extensão, Gerências Educacional e Administrativa, Coordenação de Administração e RH e a Direção Geral do Câmpus. A escola conta ainda com um auditório, um bloco com laboratórios da indústria e gabinetes para os professores, pátio coberto com área de 315,60 m², onde se encontra a Coordenação de Apoio ao Ensino; uma cantina com 244,89m²; serviços e garagem com 151,30m²; um edifício com 926,95m² onde funcionam laboratórios de informática; e três blocos de salas de aulas com 15 salas no total destinadas às aulas teóricas, incluindo sanitários.

Item	Quantidade	Área (m ²)
Laboratório de informática	07	540,32
Laboratório de matemática	01	79,20
Sala manutenção de computadores	01	20,25
Banheiros bloco informática	03	27,72
Sala de iniciação científica	01	14,33
Laboratório de robótica e CLP	01	46,48

Laboratório de eletrônica/ Física Experimental	01	107,13
Laboratório de metrologia/Física Experimental I	01	60,91
Laboratório de materiais	01	60,96
Laboratório de Ciências	01	60,96
Laboratório de Ensino de Matemática	01	60,96
Laboratório de CNC	01	60,91
Laboratório de fabricação mecânica	01	257,59
Laboratório de hidráulica e pneumática	01	60,91
Laboratório de tecnologia mecânica	01	61,60
Laboratório de fabricação mecânica	01	196,22
Sala de professores	14	285,25
Sala de reuniões	01	19,93
Banheiros bloco mecânica	06	52,09
Copa bloco mecânica	01	2,40
Instalação administrativa	01	244,20
Sala apoio pedagógico	02	43,71
Sala coordenação	01	36,75
Sala pesquisa e extensão	01	18,50
Sala vídeo conferência	01	16,20
Sala de reunião	01	37,50
Banheiros bloco administrativo	02	15,64
Copa bloco administrativo	01	7,20
Biblioteca	01	354,36
Secretaria ensino médio e superior	01	42,50
Banheiros biblioteca	02	15,64

Copa biblioteca	01	7,20
Sala de aula	15	936,60
Banheiros salas de aula	09	105,39
Estacionamento automóveis	01	2.991,69
Estacionamento motos	01	243,06
Bicicletário	01	60,65
Portaria	01	180,00
Quadra poliesportiva	01	1.200,00
Restaurante	01	250,00
Sala terceirizado	01	30,00
Sala arquivo	01	35,00
Sala NAPNE	01	25,00
Sala engenharia	01	20,00
Pista de Cooper	01	3.375,00
Abrigo para gás combustível	01	5,00
Áreas de lazer	01	100,00
Sala ensino à distância	01	60,00
Sala Segurança	01	30,00
Sala Rádio	01	30,00
Cobertura acesso aos prédios	01	450,00
Sala pesquisa informática	01	18
Depósito materiais informática	01	18
Almoxarifado Matemática	01	18
Laboratório de arte	01	60
Laboratório de química e microbiologia	01	80

Laboratório de Física	01	60
Sala de atendimento aos alunos	04	60
Sala de coordenação (Ciências, Matemática, Núcleo Comum e Pós-graduação)	01	30
Gabinetes para docentes	14	144
Sala para o Centro Acadêmico	01	20
Vestiário	02	30

17.2.1.2 Acessibilidade - Polo Araraquara

O câmpus possui banheiros adaptados para cadeirantes, acessibilidade para as salas de aula, laboratórios, biblioteca, pátio e prédio administrativo. Outros elementos de acessibilidade também estão disponíveis, como rampas e piso tátil.

17.2.1.3 Laboratórios de Informática - Polo Araraquara

Equipamentos	Quantidade
Computador	128
Lousa eletrônica	7
Notebook	35
Projetor multimídia	8
Roteador	3
Armário	3
Lousa de Vidro	7

Cadeiras	210
Mesas	85

17.2.2 Barretos

17.2.2.1 Infraestrutura Física - Polo Barretos

O IFSP – Câmpus Barretos é composto por duas unidades, o câmpus da cidade com quatro blocos interligados – bloco administrativo, bloco de salas de aula e biblioteca, bloco de laboratórios e anfiteatros – com área total construída de 152 5.778,49 m²; e o câmpus agrícola que se encontra em obras, onde estão sendo construídas salas de aula, 6 laboratórios multidisciplinares, laboratórios para processamento de alimentos, refeitório e galpão de máquinas agrícolas e a área experimental divididos nas seguintes áreas: cultivos anuais, perenes, horticultura, pecuária e reserva biológica.

Local	Quantidade	Área (m ²)
Auditório	2	367,9
Biblioteca	1	156,95
Instalações Administrativas	1	252,9
Laboratórios	12	1416,52
Salas de aula	16	2358,97
Salas de Coordenação	3	79,07
Salas de docentes	1	400,0
Gabinetes de trabalho	11	1139,91

para os professores		
Laboratórios de informática	12	280,0

17.2.2.2 Acessibilidade - Polo Barretos

O IFSP – Câmpus Barretos tem se adequado cada vez mais às condições de acesso para as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, procurando atender as condições previstas pelo Decreto nº 5.296/2004. O câmpus já conta com algumas adequações, tais como rampas de acesso ao piso superior, piso tátil e sanitários exclusivos para deficientes. Mais melhorias como instalação de piso tátil e maiores condições de acessibilidade estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

17.2.2.3 Laboratórios de Informática - Polo Barretos

O Câmpus Barretos apresenta atualmente 8 laboratórios de informática totalmente equipados, providos de internet (cabada e sem fio) e com infraestrutura adequada. Os principais equipamentos eletrônicos disponíveis são:

Equipamento	Especificação	Quantidade
Computadores	Lenovo ThinkCentre M76 – Memória RAM 4GB 1333MHz DDR3 HD 320 GB 96	114
Impressoras	Kyocera, Ricoh	3
Projetores	Projetor multimídia powerlite W12+	10
Televisores	LCD	4
Caixas de som	Professional	4

17.2.3 Birigui

17.2.3.1 Infraestrutura Física - Polo Birigui

Item	Quantidade	Área (m ²)
Almoxarifado	1	96,24
Almoxarifado da oficina	1	66,43
Ambulatório	1	10
Anfiteatro	1	400
Área de lazer	1	500
Auditório	1	346,34
Biblioteca	1	824
Setor de convívio e Cantina	1	227,10
Blocos Administrativos	4	480
Copa/cozinha	1	7,82
Depósito de materiais	1	135
Estacionamento	1	1.400
Ginásio poliesportivo coberto	1	1.000
Laboratório de pneumática	1	132,86

Laboratório de eletrônica/eletricidade	1	66,43
Laboratório de CNC	1	132,86
Laboratório de usinagem	1	132,86
Laboratório de controles e processos industriais	1	132,86
Laboratório de informática	4	398,58
Laboratório de informática, Hardware	1	66,43
Laboratório Didático de Física	1	66,43
Laboratório Multidisciplinar de Física	1	66,43
LIFENano	1	66,43
Laboratório de Física Teórica Computacional e Modelagem em Nanomateriais	1	20
Laboratório de Pesquisa – SCAM	1	20
Laboratório de Microscopia	1	20
Sala de Preparação de Amostras	1	12
Laboratório didático de Administração	1	66,43

Laboratório de pesquisa da Administração	1	66,43
Laboratório de Educação Matemática	1	66,43
Laboratório de Desenvolvimento de Projetos	1	66,43
Laboratório de Línguas e Redação	1	66,43
Refeitório com cozinha industrial	1	600
Sala de docentes	1	350
Sala de atendimento aos alunos	1	132,86
Sala de aula	6	1.195,74
Sala do centro acadêmico	1	16
Sala do grêmio estudantil	1	16
Telecentro	1	66,43

17.2.3.2 Acessibilidade - Polo Birigui

Segundo o Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas (DISCHINGER et al., 2009), as ações devem iniciar na rua em frente à escola, com a implementação de faixa de pedestre, parada de ônibus próximo a portaria de entrada, reserva de vaga de estacionamento para pessoas com necessidades específicas, bem como sinalização e manutenção de piso que devem ser isentos de obstáculos e defeitos

que possam dificultar a mobilidade. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Birigui, está instalado em um Terreno de 75.000m², onde estão edificadas 4 blocos de salas de aulas um conjunto administrativo e um ambiente de convivência. Todos estes locais são interligados por passarelas com piso regular e sem obstáculos, o acesso aos blocos não tem elevação que impeça a entrada de cadeira de rodas e as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida têm atendimento prioritário, conforme definido no Decreto nº 5.296/2004. Em todas as edificações existe um banheiro de uso exclusivo para cadeirantes. Todas as áreas onde o atendimento é feito por balcão, estes apresentam altura adequada segundo a NBR 9050:2004 (ABNT, 2004), existe faixa de pedestre na frente da escola, a parada de ônibus é próxima ao portão de entrada, que é bem sinalizado.

Nas áreas comuns tais como biblioteca, cantina existem as condições para que a pessoa com dificuldades possa ser atendida e usufruir dos benefícios. As salas de aula também apresentam as condições para atendimento de alunos com dificuldades de locomoção e visão.

Além disso, o câmpus de Birigui conta com o NAPNE (Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) cujos membros são: psicóloga, pedagoga com formação em Educação Especial, técnica em assuntos educacionais e interprete de LIBRAS.

O câmpus não possui sinalização tátil no piso, para auxiliar a locomoção de pessoas com baixa capacidade visual, porém está em processo para licitação o projeto básico que contempla essa necessidade.

17.2.3.3 Laboratórios de Informática - Polo Birigui

Item	Descrição	Quantidade
Computador	Computador Itautec, Windows 7, HD 300GB	210

Notebook	Notebook HP, Windows 7, HD 500 GB	63
Patch panel	MULTITOC 24 PORTAS CAT5E	6
Projektor multimídia	EPSON POWERLINE W12+	10
Rack	RACK 3U	10
Roteador	TP-LINK TL WA901ND	10
Switch	D-LINK DES-3028	11

17.2.4 Caraguatatuba

17.2.4.1 Infraestrutura Física - Polo Caraguatatuba

Local	Quantidade	Área (m ²)
Auditório	01	129,00
Biblioteca	01	303,00
Instalações Administrativas	14	313,00
Laboratórios	08	840,00
Salas de aula	06	422,00
Salas de Coordenação	01	146,00
Salas de Docentes	01	146,00
Gabinetes de trabalho para os professores	6	20,00

17.2.4.2 Acessibilidade - Polo Caraguatatuba

Em respeito às disposições do Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei no 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, aos idosos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, o Câmpus Caraguatatuba tem desenvolvido ações para efetivar o acesso de toda a comunidade ao ambiente escolar. Neste sentido, o Câmpus Caraguatatuba proporciona a acessibilidade nos seguintes pontos:

- rampa de acesso ao piso superior.
- banheiros adaptados.
- bebedouro para cadeirantes.
- ponto de acesso à Internet com carteira para cadeirantes na biblioteca.
- atendimento prioritário aos serviços oferecidos na instituição.
- serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- um notebook com sistema destinado a auxiliar o deficiente visual a fazer o uso de computadores.

Finalmente, o Câmpus Caraguatatuba conta com um NAPNEE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas), numa perspectiva integradora e atuante, de modo a dar apoio para ações inclusivas

17.2.4.3 Laboratórios de Informática - Polo Caraguatatuba

Equipamento	Especificação	Quantidade
-------------	---------------	------------

Computadores	Processador Core i5, HD de 500GB, 4 Gb de Ram DDR3, Monitor LCD de 19 Pol-Wide.	231
Projetores	Brilho em cores de 3000 lumens, brilho em branco de 3000 lumens, contraste de 3000:1, resolução XGA 1024x768, foco 16:9 – 20,28mm, distância de 0,9 a 9m, tamanho de 30 a 350 polegadas, entrada VGA, RCA, S-Video, Vídeo componente, Áudio RCA, USB e HDMI.	18
Lousa Interativa	PC: Processador: Celeron Dual-Core; Memória Ram: 4Gb DDR3, 1333MHZ; Controladora Gráfica Integrada WXGA 1280X800; HD SSD 16GB Sata; Dispositivo Wireless Integrado 802.11; Unidade de DVD-Rw; Teclado Alfa Numérico Integrado; Mouse Óptico Integrado; Sistema de Auto Falantes Integrado; DataShow Luminosidade: 2700 ANSI Lumen; Contraste: 10000:1; Resolução: 1280x800 WXGA.	6

17.2.5 Presidente Epitácio

17.2.5.1 Infraestrutura Física - Polo Presidente Epitácio

Descrição	Quantidade	Área (m ²)
Almoxarifado	3	132,77
Almoxarifado - Indústria	0	60
Ambulatório	1	44,11
Anfiteatro	1	120
Área de lazer	1	200,00
Auditório	1	810,56

Banheiro	10	375,93
Biblioteca	1	503,55
Coord. P&I e Extensão (Arquivos)	1	60
Copa/cozinha	1	54,26
Depósito de materiais	1	50
Estacionamento	1	1240
Instalação administrativa	5	293,71
Laboratório de artes e apoio	1	120
Laboratório de Materiais e Mecânica dos solos	1	297
Laboratório de Estruturas	1	58,16
Laboratório de eletrônica/eletricidade e arquitetura de computadores	1	95
Laboratório de Ciências Naturais	1	57,40
Laboratório de Informática	4	853,30
Laboratório de Instalações Elétricas	1	95
Laboratório de Máquinas e Comandos	1	95
Laboratório de Mecânica	1	95
Laboratório de Mecatrônica Industrial	1	95
Laboratório de Metrologia	1	60
Laboratório de Pneumática/Hidráulica	1	95
Laboratório de projetos e pesquisa	1	120
Laboratório Saneamento e Hidráulica	1	57,4
Núcleo de Multimídia e Internet - EAD	1	95

Pátio	1	737,47
Laboratório de Práticas de Canteiro	1	145,62
Laboratório de Topografia	1	45,62
Quadra de esportes	1	1336,01
Cantina	1	185,31
Sala de atendimento aos alunos	1	65,75
Sala de aula	10	1773,7
Sala de coordenação	1	29,44
Sala de desenho	1	214,67
Sala de docentes	1	405,84
Sala de manutenção predial	1	20,68
Sala do centro acadêmico/ grêmio estudantil e convivência	1	150
Telecentro	1	30
Refeitório	1	700

17.2.5.2 Acessibilidade - Polo Presidente Epitácio

O Câmpus de Presidente Epitácio visa a promoção da acessibilidade, em consonância com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, que destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania e o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas

que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Conforme artigo 3º, inciso I, da Lei nº 13.146/2015, entende-se acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. No artigo 53 desta mesma Lei, tem-se que “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com d - 201 - O câmpus conta com uma edificação de dois prédios interligados, ambos apresentando dois pisos que contemplam salas de aula, laboratórios, biblioteca, complexo administrativo, espaço para convívio e pátio coberto, totalizando 5.316 metros quadrados de área construída. Em 2015, concluíram-se as obras do novo prédio que dispõe de salas de aula, laboratórios, banheiros e salas administrativas e também uma quadra poliesportiva. Em relação a estrutura física, no que tange à superação de barreiras arquitetônicas, no câmpus, destacam-se as seguintes observações:

- dispõe de rebaixamento de calçadas em seus acessos de entrada;
- no estacionamento interno há vagas reservadas à pessoa com mobilidade reduzida ou total próxima a porta de acesso ao prédio;
- em seu interior, há rampa com piso tátil (incompleto);
- há contraste de cor entre o piso e as paredes;
- as portas possuem, no mínimo, 0,80m de largura, com as maçanetas não arredondadas;
- o prédio conta com duas escadas com corrimãos (falta sinalização em Braille) em todo seu entorno e degraus com fita antiderrapante,
- conta com guichês de atendimento rebaixados.

- todos os banheiros são acessíveis, com sanitários adaptados, devidamente identificados, com espaço para movimentação de cadeira de rodas e lavatórios suspensos à no mínimo 0,73m do chão, e torneiras de acionamento facilitado;
- os bebedouros são suspensos, localizados à altura acessível e com acionamento facilitado
- de mobiliário, o câmpus possui quatro carteiras adaptadas à cadeira de rodas que podem ser alocadas tanto em salas de aula como em laboratórios;
- no pátio, há um telefone público adaptado à pessoa com mobilidade reduzida e com teclas sinalizadas em Braille e outro para utilização por pessoas com deficiência auditiva.

Quanto às tecnologias assistivas, o câmpus possui guia, etiquetador de braile, reglete, kit de desenho e calculadora, adaptados para pessoas com deficiência visual e calculadora sonora para pessoas com deficiência auditiva. Nos laboratórios de informática estão instalados softwares de acessibilidade. - 202 - Há, ainda, acervo bibliográfico referente ao tema acessibilidade para acesso e consulta, além de material permanente para um melhor atendimento dessas pessoas que necessitam desse cuidado. A construção do novo prédio e da quadra poliesportiva estão obedecendo as prerrogativas da ABNT NBR 9050/20042 . O Câmpus Presidente Epitácio conta com o Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE, de acordo com a Resolução n.º 137 de 04 de novembro de 2014, composto por uma equipe multidisciplinar entre docentes e técnicos-administrativos. Esse grupo multiprofissional objetiva a promoção de ações inclusivas de educação democrática cujo intuito é analisar as condições de acessibilidade e adaptações que se façam necessárias, bem como desenvolver projetos de inserção e adaptação no contexto do ambiente escolar e comunidade. O grupo se reúne mensalmente, possuindo um local próprio para atendimento, integrando ações junto ao Serviço Sociopedagógico, com encaminhamento de problemas para discussão e proposições de soluções. Sendo um Núcleo de atuação permanente, o NAPNE visa proporcionar a efetiva inclusão das pessoas com necessidades especiais no âmbito educacional, proporcionando oportunidades de

plena participação ao conhecimento. O Napne busca, também, em ações externas, trazer melhorias às pessoas com mobilidade reduzida ou total, por exemplo, com o envio de Ofício à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Presidente Epitácio para a criação de uma vaga de veículo na via pública da Instituição, de tal forma a indicar este espaço com sinalização vertical e horizontal.

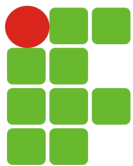
17.2.5.3 Laboratórios de Informática - Polo Presidente Epitácio

Item	Especificação	Quantidade
Cadeira	-	104
Computador	HP, HD 3210 GB, Memória RAM 2 GB, DVD-RW	41
Computador	Lenovo, HD 3210 GB, Memória RAM 2 GB, DVD-RW	63
Computador	Especificações diversas	272
Lousa eletrônica		11
Mesa para computador	-	104
Patch panel	48 portas	2
Patch panel	24 portas	7
Projektor multimídia		11
Rack	5U (parede)	7
Roteador	Roteador sem fio	1
Switch	24 portas, 10/100 Mbps Gerenciável	3
Switch	48 portas, Gbps Ethernet	2

Switch	24 portas, Gbps Ethernet	5
--------	--------------------------	---

18. PLANOS DE ENSINO

18.1 - D1EAD - Fundamentos da Educação a Distância

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Fundamentos da Educação a Distância	Código: D1EAD
Ano/Semestre: 1º sem	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 57h
2 - EMENTA:	
<p>A disciplina promove inicialmente a ambientação do aluno ao Ensino a Distância (EaD) e familiarização ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) Moodle, conhecimento das ferramentas/recursos e procedimentos das disciplinas do curso. Visando a instrumentalização do professor para a crescente demanda percebida nacional e mundialmente quanto à oferta de cursos na modalidade a distância, a disciplina propõe o estudo dos principais conceitos da EAD, resgate histórico e reflexões sobre políticas públicas para a EaD, bem como explora o potencial dos diversos recursos pedagógicos (impresso e/ou eletrônico) que possam apoiar projetos instrucionais, planejamento de curso e os sistemas de avaliação típicos dessa modalidade. Por fim, reflete-se sobre os papéis dos atores e suas relações em um curso EaD.</p>	
3 - OBJETIVOS:	
<ul style="list-style-type: none"> - Familiarizar-se com o uso de Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem e reconhecê-los como uma ferramenta de destaque no desenvolvimento de cursos na modalidade a distância, bem como apoio às disciplinas presenciais e semipresenciais. - Contextualizar conceitual e historicamente a EaD e percebê-la como uma modalidade que reflete as principais transformações presentes na sociedade informacional ao mesmo tempo que apresenta seus próprios reflexos na educação como um todo, possibilitando uma mudança de paradigma no processo de ensino e aprendizagem mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. - Discutir EAD e políticas públicas. 	

- Reconhecer a diversidade de recursos pedagógicos passíveis de uso durante a elaboração de projetos instrucionais que visam a confecção de materiais didáticos (impresso e/ou eletrônico) para a EaD.

- Refletir sobre a Avaliação na EAD.

- Reconhecer os diferentes papéis pertinentes ao ensino via modalidade a distância, tais como professor formador, tutor e estudante.

4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem e suas principais ferramentas.

- Legislação pertinentes à EaD.

- Políticas públicas para a EaD.

- Cenários, modalidades e metodologias pertinentes à EaD.

- Recursos e mídias educacionais digitais na EaD.

- Linguagens e mídias na EaD.

- Projeto instrucional de elaboração de materiais didáticos para a EaD.

- Planejamento de cursos a distância.

- Práticas em tutoria na EaD.

- Avaliação em EaD.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo Cortelazzo. **Práticas pedagógicas, aprendizagem e avaliação em educação a distância**. Curitiba: InterSaber, 2013.

FILATRO, Andrea. **Design instrucional na prática**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2008.

LITTO, Fredic Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Marciel (org.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM ABERTA E A DISTÂNCIA. 1995 - Anual. ISSN: 1806-1362

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 6ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

CARLINI, Alda Luiza; TARCIA, Rita Maria Lino. **20% a distância e agora?: orientações práticas para o uso de tecnologia de educação a distância**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Vol. 1, 17ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

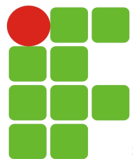
CLARK, Ruth C.; MAYER, Richard E. **E-Learning and the Science of Instruction: proven guidelines for consumers and designers of multimedia learning**, 2ª ed. San Francisco, CA: Pfeiffer, 2008.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

REVISTA BRASILEIRA DE APRENDIZAGEM ABERTA E A DISTÂNCIA. 1995 - Anual. ISSN: 1806-1362

18.2 - D1EIN - Educação Inclusiva

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Educação Inclusiva	Código: D1EIN
Ano/Semestre: 1 SEM	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA:	
<p>A disciplina busca discutir os principais conceitos, terminologias, princípios e fundamentos legais relacionados às pessoas com deficiência, tendo por base as concepções históricas, psicológicas e pedagógicas, e a análise histórica das diferenças da educação especial e propostas de educação inclusiva no âmbito nacional e internacional. Problematiza os desafios para o atendimento educacional de acordo com o perfil dos sujeitos refletindo sobre estratégias de ensino inclusivo e propostas de práticas docentes e atividades educativas exercidas na educação inclusiva com base na discussão sobre o respeito à diversidade.</p>	
3 - OBJETIVOS:	
<ul style="list-style-type: none"> - Discutir o panorama da Educação Inclusiva, focando nos aspectos históricos, políticos e pedagógicos. - Problematizar as noções de inclusão/exclusão, diversidade, diferença, igualdade e deficiência. - Conceituar Educação Especial e Inclusiva e Ensino Integrado e Inclusivo, modelos de atendimento e panorama geral do atendimento ao aluno com necessidades educativas especiais. - Estudar e compreender as dificuldades e possibilidades de aprendizagem das pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. - Compreender e buscar estratégias de ensino inclusivo. - Discutir propostas de práticas docentes e atividades educativas exercidas na educação inclusiva. 	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
1 - A Educação Inclusiva	
1.1 – Conceituação de termos: Deficiência, Integração, Inclusão, Igualdade, Diferença.	

- 1.2** – Da Integração escolar à Educação Inclusiva: trajetórias nacionais e internacionais.
- 1.3** – A cultura escolar numa perspectiva inclusiva.
- 1.4** – Inclusão escolar: aspectos pedagógicos e administrativos.
- 2- Educação Inclusiva E Legislação**
- 2.1** – Constituição Brasileira de 1988.
- 2.2** – As Declarações: Salamanca, Jomtien, Mundial sobre Educação para Todos, Guatemala.
- 2.3** – As Leis Federais, Estaduais e Municipais.
- 3- As Dificuldades E Os Distúrbios De Aprendizagem**
- 3.1** – Compreendendo as dificuldades de aprendizagem.
- 4- As Necessidades Educacionais Especiais**
- 4.1** – Deficiência Visual.
- 4.2** – Deficiência Auditiva.
- 4.3** – Deficiência Mental.
- 4.4** – Deficiência Física.
- 4.5** – Transtornos Gerais do Desenvolvimento.
- 4.6** – Altas habilidades/Superdotação.
- 5 – As Diretrizes Nacionais Para A Educação Inclusiva Na Educação Básica E Profissional**
- 5.1** – Os aspectos educacionais no âmbito da Educação Inclusiva.
- 5.2** – Sistemas e práticas educacionais voltadas para os alunos com necessidades especiais.
- 6- Organização E Implementação Dos Serviços De Educação Inclusiva**
- 6.1** – Atendimento na rede regular de ensino X escola especial.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAPTISTA, C. R. **Inclusão e escolaridade: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

MANTOAN, M. E.; Prieto, R. G., **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MITJÁNS, M. A.; TACCA, M. C. **possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência**. Campinas: Alínea, 2011.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 1993 - Trimestral. ISSN: 1980-5470.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Brasil. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial : a alfabetização de crianças com deficiência : uma proposta inclusiva / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.*

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** no 9.394. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: jan./2018.

_____. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: mai/2018.

FREITAS, S. N. **O direito à educação para a pessoa com deficiência: considerações acerca das políticas públicas**. In: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (org.). **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Ed. Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M.J.S. **Deficiência, educação escolar e necessidades especiais: reflexões sobre inclusão socioeducacional**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. United Nation Information, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: jan./ 2018.

———. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09 de novembro de 1975. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: jan./ 2018.

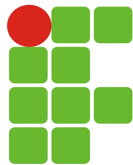
PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental**. Campinas, SP Editora: Autores Associados, 2001.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 1993 - Trimestral. ISSN: 1980-5470.

SASSAKI, R. K. **Inclusão - Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA Editora, 1997.

STAINBACK S, STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

18.3 - D1FED - Filosofia da Educação

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Filosofia da Educação	Código: D1FED
Ano / Semestre: 1º sem	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: A disciplina discute questões relacionadas à Filosofia, em especial da Filosofia da Educação, abordando a especificidade da reflexão filosófica, as relações entre o pensamento filosófico e a educação, teorias do conhecimento e tendências filosófico-pedagógicas da educação contemporânea.	
3 - OBJETIVOS: Discutir o modo filosófico de reflexão e suas especificidades. Analisar a posição da investigação filosófica entre os modos de produção de conhecimento. Analisar as relações entre educação e sociedade à luz das explicações filosóficas. Discutir as concepções de educação, sociedade, ideologia e visão de mundo. Discutir as influências filosóficas nas tendências pedagógicas do século XX. Refletir sobre as relações entre educação e trabalho, enfatizando o ensino técnico profissional.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Introdução ao pensamento filosófico. Relações entre filosofia e conhecimento. Relações entre conhecimento e educação. A filosofia na educação. Educação e Democracia. Autonomia no processo educativo. Educação e trabalho. Educação contra a barbárie.	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDERY, Maria Amália. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica . 14. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação . 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia . São Paulo: Editora Ática, 2000. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CARNEIRO, Neri de Paula. O que não é filosofia . In: Secretaria de Educação do Paraná. Paraná, 2009. Disponível em: < http://www.filosofia.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=192 >.	

CARVALHO, Isabel Cristina.; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. (orgs.). **Pensar o Ambiente**: bases filosóficas para a Educação Ambiental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

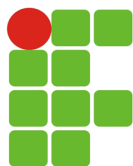
CUNHA, Marcus Vinícius da. **John Dewey: a utopia democrática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI, Paulo. **O que é a filosofia? Em menos de 3 mil palavras**. In: Wordpress Paulo Ghiraldelli. São Paulo, 2008. Disponível em <http://ghiraldelli.wordpress.com/2008/04/12/o-que-e-a-filosofia-em-menos-de-3-mil-palavras/>.

18.4 - D1HIS - História da Educação

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: História da Educação	Código: D1HIS
Ano/ Semestre: 1º sem	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: A disciplina aborda aspectos da história da educação, com foco em tópicos da organização e cultura escolar, destacando os contextos histórico-sociais. Privilegia-se a história da educação no Brasil, com o surgimento da escola laica, as grandes modificações estruturais durante o século XX, tendo como escopos centrais a escola e a educação profissionalizante.	
3 - OBJETIVOS: Perceber as continuidades e descontinuidades da história da educação ocidental. Reconhecer a história da educação ocidental como um conjunto de fenômenos sociais, políticos e culturais determinados historicamente e geograficamente. Refletir sobre permanências e rupturas presentes nos objetivos educacionais, currículos e, especialmente, nas práticas dos docentes, enfatizando a educação profissionalizante.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Educação na Antiguidade - Educação na Roma Antiga e na Grécia Antiga. Educação na Idade Média no ocidente: a educação cristã. Educação no Brasil colonial: nossas heranças - educação jesuítica e pombalina. Educação no Brasil Império Educação no Brasil: da Primeira República ao Golpe de 1964. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. História da educação profissional no Brasil. Instrução “popular” e ensino profissional brasileiro. Educação no Brasil e a lógica de mercado.	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ARANHA, Maria Lúcia. de. História da Educação e da Pedagogia . São Paulo: Moderna, 2008. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626. LOPES, Eliana Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). 500 anos de educação no Brasil . 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. 606 p. (Coleção Historial ; 6). ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil: (1930/1973) . 37. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 279 p.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa** no. 111, p. 47-70, dez/2000. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/cp/n111/n111a03.pdf>>

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História:** versão on-line ISSN 1806-9347 , v.24, n. 47,p. 29-60, 2004. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>>

FERRETTI, Celso João; MADEIRA, Felícia Reicher. Educação/trabalho: reinventando o processo?
Cadernos de Pesquisa: versão ISSN 0100-1574, no. 8, p. 75-86, fev./1992.

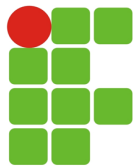
FRIGOTTO, Gaudêncio.; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação e Sociedade.** v. 26, n. 92, p. 1087-1113, out/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a17.pdf> >

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil. Da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004. Disponível em www.Scielo.com.br.

MANACORDA, Maria Alighiero.. **História da Educação.** São Paulo, Cortez, 1989.

STUTZ, Beatriz Lemos; LUCENA, Carlos Alberto. Educação profissional e os ideais liberais presentes no pensamento educacional brasileiro. Revista **HISTEDBR On-line.** Campinas, n.38, p. 139-149, jun.2010 - ISSN: 1676-2584.

18.5 - D1SP1 - Seminários de Prática Docente 1

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Seminários de Prática Docente 1	Código: D1SP1
Ano / Semestre: 1º sem	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 57
2 - EMENTA:	
<p>O componente de Seminários de Prática Docente 1 propõe uma passagem gradual entre as esferas teórica e prática da ação pedagógica, incentivando o licenciando a analisar o contexto de atuação docente no âmbito da formação profissional técnica de nível médio por meio de sua própria experiência como aluno, estagiário e/ou docente em formação. Desse modo, almeja-se o desenvolvimento crescente de autonomia reflexiva e autoral da prática pedagógica em estreito diálogo com a realidade profissional, propondo análises sobre a complexidade do cotidiano escolar, a práxis pedagógica, a profissionalidade docente, os saberes da docência, a concepção de professor reflexivo e a educação como processo de humanização da sociedade.</p>	
3 - OBJETIVOS:	
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e analisar as crescentes demandas do cotidiano escolar na formação profissional técnica de nível médio. - Articular os conhecimentos sobre a formação docente com a prática pedagógica vivenciada como aluno, estagiário e ou docente em formação. - Observar e analisar o contexto de educação no âmbito da formação profissional técnica de nível médio, baseando-se em pesquisas e estudos acadêmicos da área. - Analisar criticamente textos de referência que promovam o debate coletivo dos compromissos e práticas docentes. - Estabelecer conexões entre as experiências educacionais pessoais, tanto como aluno, estagiário ou docente em formação e a práxis docente no âmbito da formação profissional técnica de nível médio. - Analisar e refletir sobre a pertinência dos saberes docentes e sua relação com a formação profissional de professores. 	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
<ul style="list-style-type: none"> - Práxis, profissionalidade docente e formação de professores. - Saberes docentes: o saber da formação profissional, o saber disciplinar, o saber curricular e o saber experiencial. 	

- Professor reflexivo e prática reflexiva.
- Experiência, epistemologia e educação.
- Fracasso, exclusão e evasão escolar.
- Marcadores sociais e educação profissional.
- Educação e meio ambiente.
- Educação e humanização.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARBONELL, Jaume Sebarroja (org). **Pedagogias do século XX**. Tradução Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

RIBEIRO, Luis Roberto de Camargo. **Aprendizagem baseada em problemas**. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2008.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, Eduardo Fernandes. A formação de profissionais da educação: perspectivas e desafios na educação profissional. In: **Revista Educação e Tecnologia**, CEFETMG. Belo Horizonte, v.5, n.2, p. 62-70, jul/dez, 2000.

BRASIL. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**. MEC – Ministério de Educação. Brasília/DF, 2007.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2008.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. São Paulo: Paz e terra, 2008.

FONSECA, Nelita Alves; MOURA, Dacio Guimarães; VENTURA, Paulo César Santo. Os projetos de trabalho e suas possibilidades na aprendizagem significativa: relato de uma experiência. In: **Revista Educação e Tecnologia**, CEFETMG. Belo Horizonte, v.9, n.1, jan/jun, 2004.

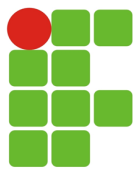
LESSARD, Claude e TARDIF, Maurice (orgs.). **O ofício de professor**: histórias, perspectivas e desafios internacionais [livro eletrônico]. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MOLL, Jaqueline et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos**: planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Org.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

18.6 - D2DME - Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Fundamentos da Didática e Metodologia de Ensino	Código: D2DME
Ano / Semestre: 2º sem	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 57
2 - EMENTA: A disciplina apresenta a trajetória histórica da Didática no mundo ocidental, com base nos diferentes contextos políticos, sociais e culturais de cada época. Propõe-se também a reflexão sobre alguns aspectos dos diferentes campos da Didática, tais como: o processo de ensino e aprendizagem permeado pelo conceito de <i>mediação docente</i> e suas implicações éticas; o cotidiano escolar como projeção da ação docente e do projeto político-pedagógico da escola; a pesquisa como princípio educativo e formativo; o planejamento e a organização do processo de ensino, aprendizagem e avaliação. Além disso, estudam-se fatores que implicam um maior esclarecimento sobre as condições contemporâneas da educação na perspectiva da Didática. Nesse sentido, procura-se refletir sobre a heterogeneidade sociocultural na escola pública e as tendências pedagógicas contemporâneas, seus pressupostos, concepções e práticas.	
3 - OBJETIVOS: - Refletir sobre o papel da Didática no âmbito da formação docente, no contexto político-educacional contemporâneo. - Analisar as diferentes concepções de conhecimento que permeiam o processo ensino-aprendizagem. Identificar e discutir os componentes da ação docente, do planejamento e da avaliação educacional. - Reconhecer o cotidiano da escola como um espaço/tempo fundamental para a reflexão/ação, compreendendo a pesquisa como um princípio educativo inerente à formação do professor. - Refletir sobre a didática e sua evolução histórica, como requisito para superação da visão tradicional. - Estudar as ações de planejar e avaliar a partir de pressupostos metodológicos, políticos e sociais. - Estudar as relações entre discente e professor como possibilidade de construção de conhecimentos. - Refletir sobre como as especificidades socioculturais da escola pública intervêm no processo de ensino-aprendizagem.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: <ul style="list-style-type: none"> • A didática e sua evolução histórica. • A docência como mediação. • Fundamentos teóricos do processo de ensino e aprendizagem. • Reflexão sobre a ação pedagógica. 	

- Heterogeneidade sociocultural na escola pública.
- Os diferentes modelos de ensino.
- O ato de planejar: concepções de objetivos, ementas, conteúdos programáticos, atividade e metodologia.
- A avaliação da aprendizagem: concepções, objetivos e práticas.

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: Estudos e proposições**. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SACRISTÁN, José Gimeno; Gómez, Angel. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª Ed. ArtMed, 1998.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Lições de didática**. 4ª ed. Campinas: Papyrus, 2011.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 246 p.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 8ª Ed. Cortez, 2010.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

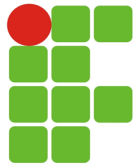
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03, 67. IN: CANDAU, Vera Maria (org); MOREIRA, Antônio F. Barbosa.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 41ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Formação de professores: políticas e debates**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

18.7 - D2FEP - Fundamentos da Educação Profissional

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Fundamentos da EPT	Código: D2FEP
Ano/ Semestre: 2º sem	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 57
<p>2 - EMENTA: A disciplina busca estudar a educação profissional no Brasil por meio do seu contexto histórico-político e no âmbito organizacional da educação básica no Brasil. Para tanto vem discutir a articulação dos conceitos de Educação e trabalho, a formação docente nesse âmbito, bem como as políticas públicas enfatizando os princípios legais e suas relações com o desenvolvimento social e econômico no contexto da globalização/mundialização tomando as demandas sociais para se pensar uma educação democrática.</p>	
<p>3 - OBJETIVOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudar o contexto histórico-político da educação profissional no Brasil. - Estudar a organização do sistema de ensino no Brasil, princípios e concepção de educação com base na legislação. - Compreender as concepções, princípios e fundamentos da organização da educação profissional. - Analisar e discutir as políticas públicas num contexto de globalização/mundialização e seus impactos na organização da educação. - Analisar a relação educação e trabalho. - Refletir sobre a Formação docente para a educação profissional. 	
<p>4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Educação na legislação brasileira. - Histórico da educação profissional no Brasil. - Caracterização geral de Políticas públicas; - As transformações do mundo do trabalho e a organização social do trabalho na contemporaneidade. - O trabalho como princípio educativo. - Formação docente no âmbito das políticas de formação - O impacto da economia global na sociedade contemporânea e nas políticas educacionais; - Plano Nacional de Educação. 	
<p>5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p> <p>FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015.</p>	

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 312 p.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro; CAIRES, Vanessa Guerra. **Educação Profissional Brasileira: Da Colônia ao PNE 2014-2024**. Petrópolis: Vozes, 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Semestral. ISSN 1983-0408

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARELARO, Lisete L.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BENEVIDES, Maria Victoria. "Cidadania e Direitos Humanos". **Cadernos de Pesquisa** - Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n.104, julho de 1998.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 14. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série legislação ; n. 263 PDF)

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nºs 1/1992 a 95/2016, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nºs 1 a 6/1994. – 51. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. – (Série textos básicos ; n. 139 PDF).

_____. **Resolução cne/ceb nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Resolução cne/ceb nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Nível Médio.

CAMARA, Luciana Borella. A educação na Constituição federal de 1988 como um direito social. **Direito em debate**: revista de ciências jurídicas e sociais da Unijuí. [online] 2013, Nº 40, p. 4-26. ISSN 2176-6622.

HOFLING, Eloísa de Matos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em: < http://eadspo.ifsp.edu.br/file.php/16/politicas_publicas_1.pdf>

KUENZER, Acacia Zeneida. Trabalho e Escola: A Flexibilização do Ensino Médio no contexto do Regime de acumulação flexível. **Educ. Soc. [online]**. 2017, vol.38, n.139, pp.331-354. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302017000200331&script=sci_abstract&tlng=pt

MALDANER, Jair José. A formação docente para a educação profissional e tecnológica: breve caracterização do debate. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. v. 2, n. 13 IFRN: 2017. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/about/editorialTeam>.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional**: O processo de desmantelamento dos CEFETS. São Paulo: Papirus Editora, 2003.

PRONZATO, C. **Acabou a paz, isso aqui vai virar o chile!** Documentário, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=LK9Ri2prfNw&t=10s>>

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. Semestral. ISSN 1983-0408

SAVIANI, Dermeval. **Organização da educação nacional**: sistema e conselho nacional de educação, plano e fórum nacional de educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 769-787, jul.-set. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

TVT. **Melhor e Mais Justo:** Plano Nacional de Educação. Vídeo disponível em:
<<http://youtu.be/4E1mMx9cP9o>>

18.8 - D2LIB - Libras

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	Código: D2LIB
Ano/Semestre: 2 SEM	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: Estudar Libras a partir da compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural, abordando questões importantes como Bilingüismo e educação de surdos, as diretrizes legais e político-pedagógicas e os aspectos lingüísticos da língua de sinais brasileira criando oportunidade para iniciação da aprendizagem à comunicação com as primeiras noções básicas nessa língua.	
3 - OBJETIVOS: <ul style="list-style-type: none"> - Estudar e reconhecer a Libras como língua, identificando os principais aspectos de sua gramática e refletindo sobre seu uso. - Desmistificar preconceitos e estereótipos sobre a surdez e as pessoas surdas. - Refletir sobre a história, cultura e a identidade dos Surdos e os modelos educacionais para os surdos. - Conhecer os fundamentos filosóficos, teóricos e legais da educação de surdos no contexto das políticas de inclusão. - Discutir sobre o processo de escolarização dos alunos com Deficiência Auditiva/Surdez e o papel do professor nesse processo. - Conhecimento básico de comunicação em Libras. - Estudar a difusão da Libras nos cursos de ensino superior, conforme prevê o Decreto Federal 5626/2005. 	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: <ul style="list-style-type: none"> - A Libras como língua - Distinção entre língua e linguagem - Aspectos gramaticais da Libras. - Aspectos históricos da surdez e identidade do surdo. - As correntes filosóficas: Oralismo, Comunicação Total, Bimodalismo e Bilinguismo. - A educação dos Surdos no Brasil, legislação e o intérprete de Libras. - Surdez e educação inclusiva. - A legislação Lei no. 10.098, lei no. 10.436 e Decreto no. 5.626 - Noção prática de Libras. 	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm >. Acesso em: 19 de abril de 2018.	

_____. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá

outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:** desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

LODI, Ana Claudia Balieiro (Org.). **Letramento e minorias.** 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014. 163 p. SKLIAR, Carlos (ORG). **Atualidade da educação bilíngue para surdos.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017. 2 v.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 1993 - Trimestral. ISSN: 1980-5470.

SKLIAR, Carlos (Org). **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. 190 p.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005:** análise dos documentos referenciadores. Campo Grande: Arara Azul, 2005. Disponível em: Acesso em 13 de ago. de 1014

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje:** posição sujeito e identidade. Campinas: Mercado de letras, 2010.

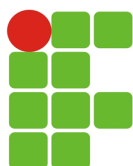
FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. **Material de apoio para o aprendizado de Libras.** São Paulo: Phorte, 2011.

FERNANDES, Sueli. **Educação bilíngüe para surdos:** identidades, diferenças, contradições e mistérios. Tese de doutoramento. Curitiba-PR: Universidade Federal do Paraná, 2003. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24287/T%20-%20FERNANDES,%20SUELI%20DE%20FATIMA%20.pdf?sequence=1>

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. 1993 - Trimestral. ISSN: 1980-5470.

STROBEL, Karin. A importância da cultura e identidade surda na formação bilíngue no ensino regular. **Revista virtual de cultura surda e diversidade.** Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/revista/03/perfil.php>>

18.9 - D2SED - Sociologia da Educação

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Sociologia da Educação	Código: D2SED
Ano / Semestre: 2º sem	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: A disciplina Sociologia da Educação aborda questões referentes à sociedade e a escola, analisando os aportes da escola como instituição social e seu cotidiano. Para tanto, se estudam os conceitos e fins da educação, as concepções de homem e de cultura. Discutem-se as implicações das transformações históricas nas concepções de natureza e ambiente para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas.	
3 - OBJETIVOS: Analisar as relações entre educação e sociedade. Estudar a escola como instituição social e analisar a função social da educação. Discutir as concepções de educação, sociedade, ideologia e visão de mundo. Refletir sobre as transformações históricas nas concepções de homem e natureza. Refletir sobre as relações entre educação e trabalho, enfatizando o ensino técnico profissional.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Educação e sociedade. Educação como processo político. Acepções sociológicas da educação. Educação como reprodução social. Educação como transformação social. Educação versus escola. Educação contra a barbárie.	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANDERY, Maria Amalia. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2012 ARANHA, Maria Lúcia de A. Filosofia da educação. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2011. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626. LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. Sociologia geral. 7ª ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.	

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Ana Maria Ferreira. **Entrevista com Christian Baudelot e Roger Establet.**

Tradução Daniela Ferreira. In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, V.20, n.1.

São Paulo, 2008, p. 179 – 195. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v20n1/a09v20n1.pdf>.

BARATO. Jarbas N. **Relação Escola- Sociedade:** “Novas Respostas para um Velho Problema”

do educador Antônio Nóvoa. UNIVESP TV. São Paulo, 2010. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=yZQdS8xPk0s&feature=player_embedded.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor.** 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999

NÓVOA. Antônio. **Relação Escola/sociedade:** Novas Respostas Para um Velho Problema. In: Educação e Sociedade. Disciplina 1. UNESP/UNIVESP, 2010. Disponível em:

http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/24/3/EdSoc_Rel%C3%A7%C3%A3o_escola_sociedade.pdf

18.10 - D2SP2 - Seminários da Prática Docente 2

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Seminários de Prática Docente 2	Código: D2SP2
Ano / Semestre: 2º sem.	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5 horas
2 - EMENTA: O componente de Seminários da Prática Docente 2 busca incentivar a elaboração e a avaliação crítica de intervenções didáticas, por parte dos licenciandos, considerando seus compromissos e possibilidades de atuação no âmbito da formação profissional técnica de nível médio. Desse modo, deseja-se a continuidade do processo de autonomia reflexiva e autoral partindo de vivências do cotidiano escolar, como alunos, estagiários e ou docentes em formação, em especial, pela análise de Projetos Político-Pedagógicos, regimentos, matrizes curriculares, projetos oficiais e experiências pedagógicas bem sucedidas em instituições escolares de formação profissional técnica de nível médio.	
3 - OBJETIVOS: Refletir sobre a formação de professores a partir dos saberes docentes no cotidiano escolar. Refletir sobre a escola como espaço de concepção, realização e avaliação do Projeto Político-Pedagógico. Compreender o Projeto Político-Pedagógico de instituições escolares técnicas de nível médio. Analisar a matriz curricular de cursos de formação profissional técnica de nível médio. Examinar projetos oficiais realizados em instituições escolares técnicas de nível médio. Acessar experiências pedagógicas bem sucedidas em instituições escolares técnicas de nível médio. Sistematizar propostas de integração entre componentes curriculares de cursos de formação profissional técnica de nível médio, focando interdisciplinaridade e parceria entre docentes.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Planejamento participativo e práticas coletivas na escola. Projeto Político-Pedagógico: conceitos, princípios e organização do trabalho pedagógico na escola. Experiências bem sucedidas na formação profissional de nível médio: objetivos, conteúdos, estratégias de ensino e instrumentos de avaliação. Inclusão no contexto escolar e de profissionalização em nível técnico. Interdisciplinaridade no contexto da formação profissional técnica de nível médio.	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634 FAZENDA, Ivani. Didática e interdisciplinaridade . Campinas, SP: Papyrus, 2015.	

VEIGA, Ilma P. A.; FONSECA, Marília. **As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2001.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, Celso. **Histórias exemplares.** Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=DddM1N0QDII&feature=youtu.be>

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papyrus. 1989.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

KLOSOWSKI, Simone Scorsim; REALI, Klevil Mary. Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem. **Unicentro:** Revista Eletrônica Lato Sensu, v. 5, pp. 2-8, 2008. Disponível em: http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/planejamento/7-Ed5_CH-Plane.pdf

LEITE, L. H. A.; OLIVEIRA, M. E. P. de; MALDONADO, M. D. Projetos de trabalho. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação à Distância. **Diários: projetos de trabalho.** Brasília: MEC/SEED, 1998. p. 57-98. (Cadernos da TV Escola. PCN na Escola; n. 3). Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/pdf/diarios.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2011.

LOWMAN, Joseph. **Dominando as técnicas de ensino.** São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

MAIA, Benjamin Perez ; COSTA, Margarete Terezinha A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

PAVIANI, Jaime. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. Caxias do Sul, RS: Educus, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papyrus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (orgs.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papyrus, 1991.

18.11 - D3CEP - Currículo e Educação Profissional Tecnológica

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Currículo e Educação Profissional Tecnológica	Código: D3CEP
Ano/ Semestre: 3º sem	Nº aulas semanais: 4
Total de aulas: 76	Total de horas: 57
2 - EMENTA: A disciplina estuda os fundamentos e concepções de currículo a partir da ideia do currículo como construção cultural e social. Traz para o debate questões importantes como interdisciplinaridade, práticas escolares, a ideologia do livro didático e documentos oficiais em paralelo à abordagem mais específica na Educação Profissional. Dessa forma aborda as Diretrizes curriculares da educação profissional perpassando por discussões importantes como currículo e ideologia e o currículo no cotidiano da escola em consonância com o conhecimento acerca das especificidades dos cursos e programas da educação profissional, como o currículo integrado.	
3 - OBJETIVOS: - Estudar concepções de currículo na atual produção teórica e discutir o currículo como construção cultural e social. - Refletir sobre a função social da escola e a realidade do cotidiano escolar no século XXI; - Refletir sobre Currículo, ideologia e o cotidiano. - Analisar diferentes concepções curriculares e a história das disciplinas escolares e a interdisciplinaridade. - Discutir a ideologia do livro didático e dos documentos oficiais. - Refletir sobre o multiculturalismo, relações étnico-raciais e gênero e suas expressões nos currículos oculto e manifesto. - Discutir a Educação profissional e tecnológica no que se refere a conceitos, cursos e programas. - Discutir o Currículo integrado e outras especificidades da Educação Profissional.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: - Concepções fundamentais sobre currículo. - Currículo e sociedade. - Currículo e a função social da escola. - Currículo, disciplina, interdisciplinaridade. - Livro didático e ideologia. - Currículo e multiculturalismo, relações étnico-raciais e gênero. - Diretrizes curriculares da educação profissional. - Educação profissional e tecnológica: Conceitos, cursos e programas. - Currículo integrado na Educação Básica em todos os ciclos de escolarização.	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.	

FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 173 p. ISBN 9788524918445.

SACRISTAN, J. G.; **O Currículo**: Uma Reflexão Sobre a Prática; Edição: 3ª; Ano: 2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 325 p. ISBN 9788532626684.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

APPLE, Michael W.; FIGUEIRA, Vinícius. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p. ISBN 9788536305981.

ARAÚJO, Adilson Cesar. SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (orgs.). **Ensino médio integrado no Brasil**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Temas Transversais. 1998.

_____. Ministério da Educação/Secad. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006 (p. 81-98). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf>

_____. **Resolução cne/ceb nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Resolução cne/ceb nº 2, de 30 de janeiro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Nível Médio.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

LIBÂNEO, J. C. ; TOSCHI, M. S.; OLIVEIRA, J. F. de. **Educação escolar**: políticas, estrutura, organização. São Paulo: Cortez Editora, 2012.


MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). **Currículo**: políticas e práticas. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MOREIRA, Antônio Flávio, CANDAU, Vera Maria. (Orgs.). **Multiculturalismo** - Diferenças culturais e práticas pedagógicas - 10ª edição. 2013.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional**: O processo de desmantelamento dos Cefets. (livro eletrônico) Campinas, SP: Papirus, 2015.

RIBEIRO, Flávia Dias; PRYJMA, Marielda Ferreira; BASCHTA JÚNIOR, Roland (Org.). **Docência, currículo, política e trabalho na educação profissional**: experiências e reflexões do PROEJA na UTFPR. Curitiba: Copiart, 2012. 224 p.

18.12 - D3EDH - Educação em Direitos Humanos

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Educação em Direitos Humanos	Código: D3EDH
Ano / Semestre: 3º sem	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: A disciplina tem por objetivo discutir sobre direitos humanos por meio da abordagem dos principais conceitos desse meio, aspectos relativos à história das mobilizações sociais pelos direitos do homem, relação do Estado com as demandas da sociedade para proteção dos direitos do indivíduo, e, sua relação com a educação e a comunidade escolar.	
3 - OBJETIVOS: Discutir sobre conceitos e discursos em Direitos humanos. Debater a importância da defesa dos direitos humanos fundamentais por meio da articulação histórica das lutas sociais e suas demandas. Debater a atualidade dos direitos humanos e de sua efetivação. Refletir sobre direitos e educação ambiental Discutir a relação entre Direitos Humanos e Educação e a garantia dos direitos humanos na escola. Discutir a função do Estado em relação aos direitos do cidadão. Conhecimento, análise e avaliação da Declaração Universal do Direitos do Homem. Conhecer e refletir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: <ul style="list-style-type: none"> • Noção de direitos humanos e as distorções mais comuns na mídia e no discurso cotidiano. • Processo histórico das conquistas de direitos, em todo o mundo. • O Estado: como se constitui historicamente, como se organiza. • Fundamentos do Estado de Direito. • Minorias e direito • Estado, poder e direitos civis. • Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. • Educação para exercício dos Direitos Humanos. • Educação ambiental • Direitos humanos e comunidade escolar. 	
5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHICARINO, Tathiana (org.). Educação em Direitos Humanos . São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.	

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

WEFFORT, Francisco C. (org.). **Os clássicos da política**, 1. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Angélico, Gabriela Garcia; Poker José Geraldo A. B. **Direitos humanos, políticas públicas e o problema da inclusão de populações deslocadas**. Revista interdisciplinar de direitos humanos.v. 5, n. 1. UNESP: 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012**: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro enigma, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. Revista de Ciência da Educação. 1995 - Trimestral. ISSN: 1678-4626.

FERRAZ JR, Tercio Sampaio (org.). **Filosofia, sociedade e direitos humanos**: ciclo de palestras em homenagem ao professor Goffredo Telles Jr. Barueri, SP: Manole, 2012.

JUBILUT, Liliana Lira; REI, Fernando Cardozo Fernandes.; GARCEZ, G. S. (eds.). **Direitos humanos e meio ambiente**: minorias ambientais. Barueri, SP: Manole, 2017.

REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS. **Observatório de Educação em Direitos Humanos**. Semestral. Bauru, SP: UNESP, 2017.

18.13 - D3PED - Psicologia da Educação

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1 - IDENTIFICAÇÃO	
Curso: Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente curricular: Psicologia da Educação	Código: D3PED
Ano/Semestre: 3º sem	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5
2 - EMENTA: A disciplina introduz os conceitos básicos da Psicologia, apresentando os pressupostos epistemológicos e as contribuições da Psicologia à Educação. Busca analisar as diversas teorias da Psicologia da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem e as reflexões para a construção de subjetividades e as práticas educativas no contemporâneo.	
3 - OBJETIVOS: - Apresentar e discutir alguns dos principais pressupostos norteadores dos paradigmas sobre aprendizagem e desenvolvimento humano e suas implicações para a educação. - Compreender algumas das principais e mais influentes abordagens da psicologia na educação brasileira hoje; - Relacionar a aprendizagem ao desenvolvimento humano; - Relacionar as diferentes concepções com as práticas docentes; - Diferenciar os princípios norteadores das diferentes concepções; - Compreender os principais conceitos da aprendizagem e do desenvolvimento humano; - Refletir sobre as diferentes correntes da psicologia apresentadas fazendo relações dos conceitos com a sala de aula. - Refletir sobre atividades dadas em sala de aula e as concepções que embasam essas atividades.	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
1- Fundamentação teórica:	
1.1- Introdução à Psicologia;	
1.2- Conceitos e escolas da ciência psicológica e implicações para a educação: ênfase nos pilares do Behaviorismo, Psicanálise, Teoria da Gestalt, Humanismo.	
1.3- Relação da Psicologia com a Educação;	
1.4- A importância da psicologia na formação do Educador e na Prática Pedagógica.	
2- Desenvolvimento humano:	
2.1- Bases epistemológicas do desenvolvimento (inatista, ambientalista, interacionista);	
2.2- Aspectos do desenvolvimento humano: físico, emocional, cognitivo e social;	
2.3- Teorias do desenvolvimento, segundo: Piaget, Vygotsky, Wallon;	
2.4- O indivíduo enquanto ser em transformação (a criança, o adolescente, o adulto e o idoso) aspectos biopsicossociais.	
3- Aprendizagem:	
3.1- O desenvolvimento social;	

- 3.2- Relações entre desenvolvimento e aprendizagem;
3.3- Teorias da aprendizagem;
3.4- Relações da aprendizagem com a prática pedagógica.

4- Reflexão sobre temas contemporâneos do campo da Educação

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de. **Psicologia na educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloísa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COLL, César; SCHILLING, Cláudia. **Psicologia e Currículo; uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar**. São Paulo: Ática, 2007.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634


HUBNER, Martha. **B.F. Skinner**. Coleção Grandes Educadores. ATTA Media e Educação. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-czwlcPU8I4>

LA TAILLE, Y. de. **Jean Piaget**. Coleção Grandes Educadores. ATTA Media e Educação. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XAkPSz6XR2g>

RACY, Paula Marcia Pardini de Bonis. **Psicologia da Educação: origem, contribuições, princípios e desdobramentos**. Série Psicologia em Sala de Aula. São Paulo: Editora Intersaberes, 2012.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotski: a referência do social**. São Paulo: Summus, 2015.

18.14 - D3SP3 - Seminários da Prática Docente 3

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SÃO PAULO</p>	
1- IDENTIFICAÇÃO:	
Curso: Formação Pedagógica para a Educação Profissional de Nível Médio	
Componente Curricular: Seminários da Prática Docente 3	Código: D3SP3
Ano / Semestre: 3º sem.	Nº aulas semanais: 2
Total de aulas: 38	Total de horas: 28,5 horas
2 - EMENTA:	
<p>O componente de Seminários de Prática Docente 3 propõe o planejamento de atividades práticas de ensino e aprendizagem relacionadas à área de pesquisa do professor-aluno. Para tanto, deverão ser considerados conteúdos, competências e habilidades desenvolvidos ao longo do curso, agenciando uma proposta autoral completa de ensino com potencialidade de ser aplicada no decorrer do curso de Formação Pedagógica.</p>	
3 - OBJETIVOS:	
<p>Estabelecer conexões entre as experiências educacionais pessoais, tanto como aluno, estagiário ou docente em formação, e a práxis docente no âmbito da formação profissional técnica de nível médio.</p> <p>Planejar atividades de prática docente considerando todos os elementos de proposição e de exequibilidade das intervenções didáticas.</p> <p>Organizar uma intervenção pedagógica pautada no projeto organizado durante a disciplina.</p> <p>Avaliar o processo de planejamento, intervenção e de revisão da proposta pedagógica autoral.</p> <p>Refletir sobre o processo de planejamento e intervenção pedagógica, relacionando as ações didáticas na formação profissional técnica de nível médio com as teorias pedagógicas estudadas durante o curso.</p>	
4 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:	
<p>Planejamento curricular – relações entre Projeto Político-Pedagógico, plano de disciplina e plano de aula.</p> <p>Projetos didáticos disciplinares e interdisciplinares.</p> <p>Planejamento de atividades práticas docentes.</p> <p>Intervenção pedagógica de projetos educacionais.</p> <p>Prática pedagógica e teorias educacionais.</p> <p>Práticas pedagógicas bem sucedidas na formação profissional técnica de nível médio.</p>	

5 - BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com Projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** 16ª ed. São Paulo: Libertad, 2006.

6 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Campinas, SP: Papirus. 1989.

EDUCAÇÃO e PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. 1975 - Trimestral. ISSN: 1678-4634

MAIA, Benjamin P. ; COSTA, Margarete T. A. **Os desafios e as superações na construção coletiva do projeto político-pedagógico.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

PAVIANI, Jaime. **Interdisciplinaridade: conceitos e distinções.** Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 1999.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro; AMARAL, Ana Lúcia (Orgs.). **Técnicas de ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 1991.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

19. LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

Neste capítulo é apresentada a fundamentação legal do curso de Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional de Nível Médio, modalidade a distância, sediado pelo câmpus São Paulo.

19.1. Legislação comum para os Cursos Superiores

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Educação em Direitos Humanos: Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012.

- Educação das Relações ÉTNICO-RACIAIS e História e Cultura AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008 e o Parecer CNE/CP N° 3/2004 que fundamenta a Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004
- Educação ambiental: Decreto n° 4.281, de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): Decreto n° 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Lei n°. 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
- Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- Portaria MEC n.º40, de 12 de dezembro de 2007, reeditada em 29 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC, processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, entre outras disposições.
- Resolução CNE/CES n° 3, de 2 de julho de 2007 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providência.

19.2. Legislação Institucional

- Portaria n°. 1204/IFSP, de 11 de maio de 2011, que aprova o Regulamento de Estágio do IFSP.
- Regimento Geral: Resolução n° 871, de 04 de junho de 2013
- Estatuto do IFSP: Resolução n° 872, de 04 de junho de 2013.
- Projeto Pedagógico Institucional: Resolução n° 866, de 04 de junho de 2013.

- Organização Didática: Resolução nº 859, de 07 de maio de 2013
- Resolução nº 125/2015, de 08 de dezembro de 2015: Aprova os parâmetros de carga horária para os cursos Técnicos, cursos Desenvolvidos no âmbito do PROEJA e cursos de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
- Resolução nº 143 de 1 de novembro de 2016 – Aprova a disposição sobre a tramitação das propostas de Implantação, Atualização, Reformulação, Interrupção temporária de oferta de Vagas e Extinção de Cursos de Educação Básica e Superiores de Graduação, nas modalidades presencial e a distância, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).
- Resolução IFSP nº 42 de 5 de julho de 2016 que regulamenta os polos de EaD do IFSP.

19.3. Legislação para cursos a distância

- Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, alterado pelo decreto 9057/2017.
- Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017 que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
- Portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
- Portaria MEC nº 1, de 10 de janeiro de 2007.
- Portaria MEC Nº 10, de 02 julho de 2009. Fixa critérios para dispensa de avaliação in loco e dá outras providências.
- Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016.
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância conforme publicado pela Secretaria de Educação a Distância do MEC.

19.4. Legislação específica para este curso

- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- Resolução nº 492, de 14 de dezembro de 2011 do Conselho Superior - IFSP.
- Portaria SERES/MEC nº 177, de 5 de abril de 2016 que credencia o IFSP para a oferta de cursos superiores na modalidade EaD.
- Portaria SERES/MEC nº 120 de 08 de abril de 2016 que autoriza a oferta do curso “Formação de Docentes para a Educação Básica” pelo IFSP.
- Resolução SPO.006 - CONCAM-SPO, de 15 de março de 2018 em que o Conselho de Câmpus do Câmpus SP autoriza a reformulação do curso.

20. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125)

FONSECA, C. *História do Ensino Industrial no Brasil*. Vol. 1, 2 e 3. RJ: SENAI, 1986.

MATIAS, C. R. *Reforma da Educação Profissional na Unidade de Sertãozinho do CEFET/SP*. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2004

PINTO, G. T. *Oitenta e Dois Anos Depois: Relendo o Relatório Ludiretz no CEFET São Paulo*. Relatório (Qualificação em Administração e Liderança) para obtenção do título de mestre.

UNISA, São Paulo, 2008.

21. MODELOS DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Com layout dado pela imagem abaixo indicada, o certificado contemplará o seguinte texto:

“O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no uso de suas atribuições, certifica que XXXXXXXXX, nacionalidade Brasileira, natural do Estado XXXXXXXXX, nascido(a) em xx/xx/xxxx, Cédula de Identidade RG (no XXXXXXXXX), CPF (no XXXXXXXXX), concluiu com aproveitamento e frequência o CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO, estando HABILITADO em LICENCIATURA PARA AS DISCIPLINAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO na respectiva área técnica de graduação, em (xx/xx/xxxx), a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais”.




 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo


O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso Superior de
do Campus , em de de , confere o grau de a

NOME DO ALUNO

brasileiro, natural de São Paulo, Estado de São Paulo,
nascido em de de 19 , RG – , e outorga-lhe o presente Diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, de de .


 INSTITUTO FEDERAL DE
 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
 SÃO PAULO

 Diretor Geral do Campus

 Diplomado(a)

Arnaldo Augusto Ciquielo Borges
 Reitor